Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Documento de Projeto

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Título do Projeto: | **Fortalecimento Institucional para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil – Fase VIII** | | | |
| Número do Projeto: | | | bra/16/g71 | |
| Parceiros na execução: | | | | Ministério do Meio Ambiente |
| Data de início: | Julho de 2016 | | | |
| Data de Término: | Dezembro de 2018 | | | |
| Data da Reunião PAC | | 30 de junho de 2016 | | |

|  |
| --- |
| Breve Descrição |
| O objetivo do projeto é contribuir para a proteção da camada de ozônio por meio do apoio ao Governo brasileiro na implementação dos compromissos assumidos perante o Protocolo de Montreal relacionados à redução e à eliminação do consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.  O propósito principal é fortalecer o Ministério do Meio Ambiente, que atua como Unidade Nacional de Ozônio por meio da Gerência de Proteção da Camada de Ozônio, na coordenação das ações do Protocolo de Montreal no Brasil.  O projeto se alinha às prioridades estratégicas do Protocolo de Montreal e engloba as seguintes ações:   * Coordenação da implementação das Etapa 1 e 2 do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH); * Coordenação do “Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do Setor de Chillers”; * Coordenação do “Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos de SDOs”; * Análise e adequação de normas e legislações nacionais decorrentes das atividades de implementação do Protocolo de Montreal; * Realização de eventos relacionados à proteção da camada de ozônio; * Realização de campanhas de divulgação e sensibilização e elaboração e distribuição de materiais informativos e técnicos relacionados às ações do Protocolo de Montreal; * Participação nas reuniões de negociação do Protocolo de Montreal; * Acompanhamento das discussões internacionais no âmbito do Protocolo de Montreal.   Os recursos para a 8ª fase do projeto de fortalecimento institucional foram aprovados na 75ª reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal. |

# Sumário

[Sumário 2](#_Toc456342687)

[Siglário 3](#_Toc456342688)

[I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO 4](#_Toc456342689)

[1.1 – Contexto 4](#_Toc456342690)

[II. ESTRATÉGIA DO PROJETO 6](#_Toc456342691)

[III. MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS 8](#_Toc456342692)

[3.1 – Plano de Trabalho Anual – Planilha Orçamentária 16](#_Toc456342693)

[IV. ARRANJOS DE GERENCIAMENTO 17](#_Toc456342694)

[4.1 – Estrutura Organizacional do Projeto 17](#_Toc456342695)

[4.1.1 – Modalidade de Execução 17](#_Toc456342696)

[4.1.2 – Direção e Coordenação Nacionais do Projeto 18](#_Toc456342697)

[4.2 – Atribuições das Instituições Participantes 18](#_Toc456342698)

[4.2.1 – Atribuições da ABC 18](#_Toc456342699)

[4.2.2 – Atribuições do MMA 18](#_Toc456342700)

[4.2.3 – Atribuições do PNUD 19](#_Toc456342701)

[4.3 – Insumos 20](#_Toc456342702)

[4.3.1 – Insumos do MMA 20](#_Toc456342703)

[4.3.2 – Insumos do PNUD 20](#_Toc456342704)

[4.4 – Sistemática de Recuperação de Custos 23](#_Toc456342705)

[4.4.1 – Orçamento e Administração Financeira do Projeto 23](#_Toc456342706)

[4.4.2. – Custos de Operação 23](#_Toc456342707)

[4.4.3 – Política de Recuperação de Custos 23](#_Toc456342708)

[4.5 – Uso de logotipos nos produtos do projeto 23](#_Toc456342709)

[4.6 – Arranjos de Auditoria 23](#_Toc456342710)

[V. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 24](#_Toc456342711)

[5.1 – Monitoramento e Avaliação 24](#_Toc456342712)

[5.2 – Gerenciamento de Qualidade para as Atividades de Projeto 25](#_Toc456342713)

[5.3 – Vigência 26](#_Toc456342714)

[VI. CONTEXTO LEGAL 27](#_Toc456342715)

[6.1 Modificações no Documento de Projeto 27](#_Toc456342716)

[VII. ANEXOS 28](#_Toc456342717)

[ANEXO I – DECISÃO 61/43 28](#_Toc456342718)

[ANEXO II – DECISÃO 74/51 E FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL ESTABELECIDO PELO COMITÊ EXECUTIVO DO FUNDO MULTILATERAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE MONTREAL. 29](#_Toc456342719)

[ANEXO III – RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DA SÉTIMA FASE DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E SOLICITAÇÃO DE EXTENSÃO DO FINANCIAMENTO PARA A OITAVA FASE APRESENTADO AO FML EM SETEMBRO DE 2015 35](#_Toc456342720)

[ANEXO IV – CARTA DE APROVAÇÃO DO FUNDO MULTILATERAL DA OITAVA FASE DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 49](#_Toc456342721)

[ANEXO V – ANÁLISE DE RISCO 53](#_Toc456342722)

[ANEXO VI – RELATÓRIO DE *QUALITY ASSURANCE* DE DESENHO E FORMULAÇÃO 54](#_Toc456342723)

[ANEXO VII – ANÁLISE SÓCIO AMBIENTAL 66](#_Toc456342724)

# Siglário

|  |  |
| --- | --- |
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| CFC | Clorofluorcarbonos |
| CTF | Cadastro Técnico Federal |
| ExCom | Comitê Executivo do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal |
| FML | Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal |
| GIZ | Agência de Cooperação Internacional Alemã |
| GPCO | Gerência de Proteção da Camada de Ozônio |
| GWP | Potencial de Aquecimento Global |
| HCFCs | Hidroclorofluorcarbonos |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| MDIC | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| NOU | Unidade Nacional de Ozônio |
| PBH | Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs |
| PNC | Plano Nacional para Eliminação de CFCs |
| PDO | Potencial de Destruição do Ozônio |
| PME | Pequenas e Médias Empresas |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PROZON | Comitê Executivo Interministerial para Proteção da Camada de Ozônio |
| SDOs | Substâncias Destruidoras do Ozônio |
| SIGAP | Sistema de Gestão da Administração Pública Federal |
| t | Toneladas |

# I. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

## 1.1 – Contexto

O Protocolo de Montreal sobre Sustâncias que Destroem a Camada de Ozônio é um tratado internacional que objetiva proteger a camada de ozônio por meio da eliminação da produção e consumo das Substâncias Destruidoras do Ozônio (SDOs). Estabelecido em 1987, este acordo entrou para a história ao se tornar em 2009 o primeiro tratado sobre meio ambiente a ser universalmente ratificado por 197 Estados-Partes[[1]](#footnote-1).

O Brasil promulgou os textos da Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio por meio do Decreto nº 99.280, de 06 de junho de 1990, e assim assumiu os prazos e compromissos de eliminação das SDOs. Contudo, desde 1988 o Brasil realiza ações para cumprir com as metas do Protocolo de Montreal por meio de dispositivos legislativos e políticas públicas.

Entre 1992 e 2016 foram executados projetos setoriais, em grupo e individuais, para conversão tecnológica nos setores de Espumas, Refrigeração Comercial, Solventes, Agricultura e Indústria Química. Os projetos permitiram a eliminação do consumo de 17 mil toneladas PDO de diferentes Substâncias que Destroem o Ozônio – SDOs, entre elas: completa eliminação do consumo de Clorofluorcarbonos (CFCs), Halon, Tetracloreto de Carbono (CTC) e Brometo de Metila (exceto para usos de quarentena e pré-embarque) e a redução do consumo dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs).

Esses projetos vêm sendo executados ao longo dos anos por diferentes Agências Implementadoras, mas tendo sempre o Governo Brasileiro na coordenação das atividades implementadas no país. Atualmente, no âmbito das ações do Protocolo de Montreal, o Governo brasileiro vem trabalhando com as seguintes agências implementadoras: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cooperação Internacional Alemã para o Desenvolvimento Sustentável Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

É neste contexto que se inserem os projetos de fortalecimento institucional, uma vez que seu principal objetivo é proporcionar recursos necessários para fortalecer, no país, as instituições responsáveis pela coordenação geral e implementação dos projetos voltados para a proteção da camada de ozônio, de modo a garantir a efetiva e eficaz eliminação das SDOs, bem como para assegurar uma eficaz interlocução entre o país, o Comitê Executivo (ExCom) do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal (FML), o Secretariado do Protocolo de Montreal e as Agências Implementadoras.

Os objetivos e as atividades passíveis de financiamento pelos projetos de fortalecimento são aquelas definidas no formulário de solicitação aprovado na 61ª Reunião do ExCom (Anexo I – Decisão 61/43). Os países devem encaminhar formulário contendo o relato das atividades realizadas e resultados obtidos na fase anterior e o planejamento das atividades e os resultados esperados para a próxima fase, além de comprovar a execução financeira de pelo menos 70% dos recursos já disponibilizados.

Os valores aprovados para cada país foram calculados de acordo com o consumo de CFC estabelecido como linha de base (média 1995-1997). Ao Brasil era permitido solicitar até US$ 351.000,00 a cada dois anos, entretanto, os projetos de fortalecimento institucional sofreram reajuste de 28% a partir da decisão ExCom74/51 tomada em maio de 2015.

Desta forma, em novembro de 2015, durante a 75ª Reunião Ordinária do ExCom, foram aprovados recursos no valor de USD 449.280 para a 8ª Fase do projeto de fortalecimento institucional no Brasil (Anexo III), conforme texto abaixo:

*“O Comitê Executivo analisou a renovação do projeto de fortalecimento institucional para o Brasil (fase VIII) e registrou com apreciação que o Brasil reportou os dados do Artigo 7, 2014 indicando que o país está em conformidade com o Protocolo de Montreal. O Comitê Executivo também registrou com satisfação que o Brasil tem um sistema de licenciamento de SDO bem estabelecido e confiável. O Comitê Executivo felicitou o Governo do Brasil pelos resultados de sua NOU durante a implementação da sétima fase do projeto de fortalecimento institucional tomando nota particular do trabalho realizado para preparar a Etapa 2 do PBH, em concomitância com a implementação da Etapa I, e expressou as expectativas de que, nos próximos dois anos, o Brasil vai continuar a implementar suas atividades planejadas com progresso notável. ”*

1.2 – Lições aprendidas

Com o apoio do Projeto BRA/12/G71 foi possível obter os seguintes avanços:

* Elaboração de legislação para controle do consumo de SDOs, conforme metas de eliminação estabelecidas pelo Protocolo de Montreal;
* Aprimoramento do controle da importação e exportação de HCFCs;
* Monitoramento e fiscalização do comércio ilícito de SDOs;
* Acompanhamento da proposta de emenda ao Protocolo de Montreal para inclusão dos HFCs como substâncias controladas;
* Elaboração dos relatórios anuais sobre dados de consumo de SDOs;
* Realização de reuniões de coordenação entre as agências implementadoras e beneficiários diretos e indiretos do projeto;
* Elaboração de documentos de projeto para submissão ao ExCom;
* Elaboração de planos de trabalho anuais para execução dos projetos aprovados no âmbito do Protocolo de Montreal;
* Coordenação da implementação dos projetos aprovados com recursos do FML;
* Elaboração de relatório de progresso para os projetos aprovados com recursos do FML;
* Realização de eventos para divulgação das ações de proteção da camada de ozônio;
* Elaboração e publicação de livro sobre as ações brasileiras para a proteção da camada de ozônio;
* Coordenação da elaboração da Etapa 2 do PBH;
* Participação das discussões e negociações realizadas pelas Partes do Protocolo de Montreal.

# II. ESTRATÉGIA DO PROJETO

O Projeto BRA/16/G71 – Fortalecimento Institucional para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil: Fase VIII – está em consonância com seguintes documentos:

* A Decisão 61/43 do ExCom (Anexo I), que aprovou o novo formato do formulário para apresentação dos projetos de fortalecimento institucional com a identificação dos objetivos e indicadores;
* A Decisão 74/51 do ExCom (Anexo II), que aprovou o aumento de 28% sobre os valores aprovados para os projetos de fortalecimento institucional; comprometeu-se a revisar as diretrizes para os projetos na primeira reunião de 2020, incluindo valores financeiros; e adotou o formato aprovado na 61ª reunião (Decisão 61/43 c) com modificação na seção 10 para incluir indicadores de performance;
* O relatório de conclusão da sétima fase do Projeto de Fortalecimento Institucional e solicitação de extensão do financiamento para a oitava fase, apresentado e aprovado pelo ExCom na 75ª Reunião Ordinária (Anexo III);
* Carta de Aprovação do Projeto (Anexo IV).

O Projeto BRA/16/G71 tem os seguintes objetivos:

* **Objetivo Geral:** contribuir para proteção da camada de ozônio por meio do apoio ao Governo brasileiro na implementação dos compromissos assumidos perante o Protocolo de Montreal relacionados à eliminação do consumo das SDOs.
* **Objetivos Específicos (imediato, conforme Decisão 61/43 e Decisão 74/41):**

1. Adoção/implementação de legislação e regulamentações para controlar e monitorar o consumo de SDOs;
2. Coleta e elaboração de relatório de dados de consumo de SDOs;
3. Consultas e coordenação com outras agências e partes interessadas nacionais;
4. Supervisão da implementação das atividades de redução e eliminação do consumo de SDOs;
5. Conscientização e troca de informações; e
6. Cooperação regional e participação em reuniões do Protocolo de Montreal.

O indicador de objetivo deste PRODOC será aferido segundo critério definido na Tabela 1, levando em consideração o período de julho/2016 a dezembro/2018:

Tabela 1 – Indicador de objetivo e meta.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Indicador de Objetivo** | **Linha de Base** | **Meta** |
| % de eliminação do consumo de HCFCs considerando a linha de base do consumo brasileiro | 16,6% | 25% |

As ações concernentes a este projeto estão em consonância com o do Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2012 – 2015, (*United Nations Development Assistance Framework* – UNDAF) no que tange à assistência que proporcione à “Economia Verde e Trabalho Decente no Contexto da Erradicação da Pobreza e do Desenvolvimento Sustentável” e com o Programa do País, 2012 – 2015: Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Produtiva.

Também estarão em consonância com os vindouros UNDAF 2017-2021 e com o Documento de País 2017-2021, no que tange a seus Resultados 3 e 2, respectivamente: Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos.

Por fim, as ações concernentes a este projeto dialogam transversalmente com três dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

* **Objetivo 12 – Consumo Responsável**: *assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis*. O projeto prevê no Resultado 5 a conscientização e a troca de informações para a sensibilização do setor produtivo, usuários finais e população em geral sobre a importância da preservação da camada de ozônio com ênfase para a aplicação de soluções alternativas às SDOs ;
* **Objetivo 13 – Combate à Mudança Global do Clima**: *tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos*. Além do Potencial de Destruição do Ozônio, os HCFCs também são gases de efeito estufa com alto potencial de impacto para o sistema climático global. As ações a serem desenvolvidas que reduzam ou eliminem o uso das SDOs resultam em importante medida de mitigação de impactos adversos para o regime climático;
* **Objetivo 17 – Parcerias e Meio de Implementação**: *Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.* O projeto contribui para reforçar o apoio para a implementação eficaz e orientada e o desenvolvimento de capacidades no país para apoiar a implementação do Protocolo de Montreal no Brasil.

# III. MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS

Tabela 2 – Matriz de resultados.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Resultado 1: Ações para o fortalecimento institucional para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil executadas.** | | |
| **Título do Projeto:** Fortalecimento Institucional para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil – Fase VIII | | |
|  | | |
| **Indicadores de Resultado** | **Linha de Base** | **Meta** |
| Númerode atividades de divulgação realizadas | 0 | 3 |
| Número de instrumentos normativos atualizados ou elaborados | 1 | 3 |
| Número de estudos realizados | 0 | 1 |
| Número de relatórios de dados de consumo (Artigo 7º) elaborados e encaminhados | 0 | 2 |
| Número de relatórios de dados de consumo (Country Programme) elaborados e encaminhados | 0 | 2 |
| Número de reuniões do PROZON realizadas | 0 | 3 |
| Número de reuniões do GT HCFCs realizadas | 0 | 3 |
| Número de Relatórios de Progresso e Planos de Ação elaborados | 0 | 4 |
| Número de certificados de eliminação do HCFC-141b assinados | 0 | 190 |
| Número de supervisões de missões de campo realizadas | 0 | 30 |
| Número de participação em atividades de treinamento e capacitação | 0 | 2 |
| Número de relatórios de conclusão de projetos demonstrativos elaborados | 0 | 2 |
| Número de participações em eventos para divulgação das atividades de proteção da camada de ozônio | 0 | 2 |
| Número de eventos em comemoração ao Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio realizados | 0 | 2 |
| Número de materiais elaborados sobre as ações do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs | 0 | 2 |
| Número de participações em reuniões da rede da América Latina e Caribe | 0 | 4 |
| Número de participações em reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral | 0 | 4 |
| Número de participações em reuniões do OEWG, MOP e COP | 0 | 4 |

| **PRODUTOS ESPERADOS** | **METAS DE PRODUTO** | **ATIVIDADES INDICATIVAS** | **RESPONSÁVEIS** | **INSUMOS** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Sistema de licenças e cotas para HCFCs atualizado | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 1 instrumento normativo atualizado – Instrução Normativa nº 14, de 20 de dezembro de 2012, atualizada para cumprimento das metas de redução de consumo de HCFCs de acordo com cronograma do Protocolo de Montreal a partir de 2016; * 2 instrumentos normativos elaborados - minutas de normas elaboradas para utilização de substâncias inflamáveis em substituição aos HCFCs no setor de refrigeração e ar condicionado; * 3 atividades para divulgação da obrigatoriedade de cadastramento no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP - IBAMA) realizadas. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Coordenar as discussões das minutas de instrumentos normativos; * Viabilizar a publicação de instrumentos normativos visando à redução, à eliminação e ao gerenciamento das substâncias que destroem a camada de ozônio; * Realizar atividades para divulgação da obrigatoriedade de cadastramento no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP - IBAMA). | *MMA, IBAMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Medidas para controlar a redução e/ou eliminação das SDOs e substâncias alternativas aplicadas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 1 sistema de licenças de importação e exportação de SDOs atualizado. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Identificar necessidades de melhoria do módulo Protocolo de Montreal no CTF/APP – IBAMA; * Aperfeiçoar o sistema de licenças de importação e exportação de SDOs; * Promoção de ações para eliminação de possíveis riscos de vulnerabilidade de comercio ilícito de HCFCs. | *MMA, IBAMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Ações de monitoramento para combate ao comércio ilícito de SDOs realizadas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Monitoramento continuado para combate ao comércio ilícito de SDOs | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Acompanhar os pedidos de licença de importação e exportação de SDOs, encaminhados ao IBAMA, que não atendem à legislação vigente; * Divulgar as regulamentações sobre SDOs para agentes, importadores e exportadores. | *MMA, IBAMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Propostas de Emendas ao Protocolo de Montreal avaliadas | *Metas (anos 2016 e 2017)*   * 1 estudo realizado | *Metas (anos 2016 e 2017)*   * Elaborar estudos que subsidiem o posicionamento brasileiro em relação a propostas de emenda ou ajustes ao Protocolo de Montreal. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Licenças de importação e exportação de SDOs em aduanas monitoradas e emitidas de acordo com os compromissos assumidos pelo Brasil | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Cotas de importação por importadores de HCFCs estabelecidas e monitoradas. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Monitorar a concessão de licenças de importação e exportação com base em cotas estabelecidas para manter o País em cumprimento com as metas estabelecidas pelo Protocolo de Montreal. | *MMA, IBAMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Relatórios de dados do Artigo 7º do Protocolo de Montreal elaborados e encaminhados ao Secretariado do Protocolo de Montreal | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * 2 Relatórios dos dados de consumo (Artigo 7º) elaborados e submetidos à Secretaria do Ozônio. | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * Elaborar os relatórios dos dados de consumo das SDOs para cumprir com o estabelecido no Artigo 7º do Protocolo de Montreal e encaminhá-los anualmente ao Secretariado do Protocolo de Montreal. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Relatórios de dados de consumo e atividades do Programa de País (*Country Programme*) preenchidos e submetidos ao FML | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * 02 Relatórios de dados de consumo (*Country Programme*) e atividades elaborados e submetidos ao FML. | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * Preencher os formulários constantes no sistema web do Fundo Multilateral sobre o Programa de País com as informações referentes aos dados de consumo e atividades realizadas. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Reuniões do Comitê Executivo Interministerial para Proteção da Camada de Ozônio (Prozon) realizadas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 3 Reuniões do PROZON realizadas. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Realizar reuniões para discussão, negociação e informação com as instituições parceiras governamentais que trabalham com o tema da proteção da camada de ozônio no Brasil, coordenadas pelo MMA/GPCO. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Reuniões do Grupo de Trabalho – GT-HCFCs realizadas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 3 Reuniões do GT HCFCs realizadas. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Realizar reuniões para discussão, negociação e informação com as associações e empresas do setor privado que utilizam HCFCs em seus processos produtivos, coordenadas pelo MMA/GPCO. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Atividades referentes às Etapas 1 e 2 do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH) coordenadas e supervisionadas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 4 Relatórios de Progresso e Planos de Ação elaborados e submetidos à Secretaria do FML. * 5 missões de visita a empresas produtoras de espumas de poliuretano com HCFC-141b âmbito da Etapa I do PBH supervisionadas; * 190 certificados de eliminação do consumo de HCFC-141b a empresas de manufatura de espumas de poliuretano beneficiárias da Etapa I do PBH assinados * 15 missões de visita a empresas produtoras de espumas de poliuretano com HCFC-141b para a conversão tecnológica no âmbito da Etapa 2 do PBH supervisionadas; * 10 missões de visita a empresas de manufatura de equipamentos de refrigeração e ar condicionado para conversão tecnológica visando a eliminação do HCFC-22 no âmbito da Etapa 2 do PBH; * 2 participações em atividades de treinamento e capacitações em boas práticas no setor de refrigeração e ar condicionado. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Coordenar e supervisionar a execução das Etapas I e II do PBH e de seus respetivos projetos. * Coordenar a elaboração dos Relatórios de Progresso das atividades desenvolvidas no âmbito do PBH e dos Planos de Ação para submetê-los ao Fundo Multilateral. * Supervisionar missões de visita a empresas produtoras de espumas de poliuretano com HCFC-141b para a conversão tecnológica no âmbito das Etapas I e II do PBH; * Assinar certificados de eliminação do consumo de HCFC-141b juntamente com as empresas de manufatura de espumas de poliuretano beneficiárias da Etapa I do PBH; * Supervisionar missões de visita a empresas de manufatura de equipamentos de RAC para conversão tecnológica visando a eliminação do HCFC-22 no âmbito da Etapa 2 do PBH; * Participar em atividades de treinamento e capacitação em boas práticas no setor de refrigeração e ar condicionado. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Atividades referentes ao Projeto Demonstrativo para Destinação Final de Resíduos de SDOs coordenadas e supervisionadas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 1 Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduos de SDOs implementado; * 1 material informativo (cartilha) publicado; * 2 participações em eventos de capacitação para o gerenciamento de resíduos de SDOs; * 1 Relatório de conclusão do Projeto Demonstrativo para Destinação Final de Resíduos de SDOs elaborado e submetido à Secretaria do FML; | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Coordenar o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduos de SDOs envolvendo assistência técnica para o recolhimento, capacitação, armazenamento, consolidação e transporte implementado; * Supervisionar a elaboração de material informativo (cartilha) sobre gerenciamento de resíduos de SDOS; * Supervisionar e participar dos eventos de capacitação para o gerenciamento de resíduos; * Coordenar a elaboração do relatório de conclusão do Projeto Demonstrativo para Destruição Final de Resíduos de SDOs e encaminhar à Secretaria do FML. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Atividades referentes ao Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do setor de *Chillers* coordenadas e supervisionadas | *Metas (ano 2016 e 2017)*   * Técnicos do setor de *Chillers* capacitados; * 1 material informativo (cartilha) publicado; * 2 participações em eventos de capacitação sobre sistemas de águas geladas; * 2 processos de retrocomissionamento realizados e resultados publicados; * 1 *website* criado; * 1 Relatório de conclusão do Projeto Demonstrativo para Gerenciamento Integrado do Setor de *Chillers* elaborado e submetido à Secretaria do FML. | *Metas (ano 2016 e 2017)*   * Supervisionar a capacitação do setor de *Chillers* para utilização de sistemas eficientes e ambientalmente sustentáveis; * Supervisionar a elaboração de material informativo (cartilha) sobre sistemas de água geladas (*Chillers*) para edifícios; * Supervisionar a elaboração de manual sobre sistemas de água gelada; * Participar em eventos de capacitação sobre sistemas de água gelada; * Supervisionar processos de retrocomissionamento e publicação de resultados; * Supervisionar a criação de *website* para disponibilização de materiais técnicos sobre sistemas de água gelada; * Elaborar relatório de conclusão do Projeto Demonstrativo para Gerenciamento Integrado do Setor de *Chillers* e encaminhar à Secretaria do FML. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Disseminação de informações para os principais atores relacionados ao tema de proteção da camada de ozônio | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 2 materiais elaborados sobre as ações e resultados do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH). * 2 participações em feiras e congressos relacionados aos setores produtivos e consumidores de HCFCs. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Elaborar materiais de divulgação a serem publicados para divulgação das atividades do PBH e de projetos executados no âmbito do Protocolo de Montreal. * Participar de feiras, congressos, seminários e oficinas patrocinadas e organizadas pelas contrapartes. * Participar e/ou apoiar eventos relacionados à proteção da camada de ozônio e do sistema climático global. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Atividades referentes à comemoração do Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio realizadas | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * 2 eventos realizados em comemoração ao Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio. | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * Realizar eventos em comemoração ao Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais*  *1 agente administrativo* |
| Reuniões da Rede de Ação pelo Ozônio da América Latina e Caribe atendidas | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * 2 Reuniões da Rede de Ação para o Ozônio da América Latina e Caribe de língua espanhola atendidas por representantes do Brasil; * 2 Reuniões da Rede de Ação Conjunta pelo Ozônio da América Latina e Caribe atendidas por representantes do Brasil. | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * Preparar subsídios técnicos para participação nas reuniões da Rede de Ação para o Ozônio dos Países da América Latina e do Caribe para relato e troca de experiências. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal atendidas | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * 4 reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral atendidas pela delegação brasileira. | *Metas (anos 2016, 2017 e 2018)*   * Preparar subsídios técnicos para participação nas reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral; * Participar das reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |
| Reuniões do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG) / Reunião e Conferências das Partes (MOP e COP) atendidas | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * 2 Reuniões do OEWG atendidas pela delegação brasileira; * 2 Reuniões das Partes do Protocolo de Montreal atendidas pela delegação brasileira. | *Metas (anos 2017 e 2018)*   * Preparar subsídios para participação nas reuniões do OEWG e Reunião e Conferência (MOP) das Partes do Protocolo de Montreal. * Participar das reuniões do OEWG e Reunião e Conferência (MOP e COP) das Partes do Protocolo de Montreal. | *MMA* | *1 Gerente*  *2 Analistas Ambientais* |

## 3.1 – Plano de Trabalho Anual – Planilha Orçamentária

**Ano: 2016, 2017 e 2018**

Tabela 3 – Plano de Trabalho e Planilha Orçamentária do Projeto BRA/16/G71.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | | | | **RESPONSÁVEL** | **ORÇAMENTO PLANEJADO** | | |
| *Listar atividades associadas* | Julho a dezembro de 2016 | Janeiro a dezembro de 2017 | Janeiro a dezembro de 2018 | Origem de recursos | Descrição do orçamento (linha/item) | Montante (USD) |
| **Resultado 1: Ações para o fortalecimento institucional para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil executadas.** | | | | | | | |
| Consultorias | 80.000,00 | 60.000,00 | 10.000,00 | MMA | FML - Protocolo Montreal | 71300 | 150.000,00 |
| Equipamentos | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 72100 | 15.000,00 |
| Viagens | 30.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 71600 | 140.000,00 |
| Divulgação | 20.000,00 | 50.000,00 | 50.280,00 | 74200 | 120.280,00 |
| Miscelânea | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 74500 | 24.000,00 |
| **Total** | **143.000,00** | **178.000,00** | **128.280,00** |  | **449.280,00** |

# IV. ARRANJOS DE GERENCIAMENTO

## 4.1 – Estrutura Organizacional do Projeto

As ações a serem desenvolvidas no âmbito deste PRODOC fazem parte das atividades desenvolvidas pelo governo brasileiro referentes ao gerenciamento das substâncias que destroem a camada de ozônio.

A Figura 1 apresenta a estrutura organizacional do Projeto.

Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP)

**Equipe de Execução**

CGPO/MMA

ABC/MRE

Ministério do Meio Ambiente

PNUD

**Estrutura Organizacional do Projeto**

**Controle de Qualidade de Projeto**

UIM/PNUD

**Diretor Nacional e Coordenador Nacional**

**Apoio Técnico Operacional**

Unidade de Operações /PNUD

Figura 1 – Estrutura Organizacional do projeto BRA/16/G71.

### 4.1.1 – Modalidade de Execução

O Projeto BRA/16/G71, visando à execução dos serviços administrativos e financeiros, observará as regras e os procedimentos do PNUD compatíveis à modalidade Execução Nacional. Este será financiado com recursos de doação, com contrapartida não-financeira da União no valor de US$ 375.000,00, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 4 – Contrapartida não-financeira da União.

|  |  |
| --- | --- |
| **Itens** | **Contrapartida não-financeira (US$)** |
| Funcionários | 350.000,00 |
| Equipamento | 5.000,00 |
| Custos Operacionais | 20.000,00 |
| **TOTAL** | **375.000,00** |

Observação: a contrapartida não-financeira é realizada por meio de pessoal, bens, materiais permanentes (computadores, impressora, projetor multimídia, telefones) e materiais de escritório já existentes na estrutura física e pessoal do Ministério do Meio Ambiente.

### 4.1.2 – Direção e Coordenação Nacionais do Projeto

O MMA indicará ao PNUD e à ABC os nomes das pessoas respectivamente responsáveis pela Direção Nacional e Coordenação Nacional do Projeto. Além disto, o MMA designará os responsáveis pela ordenação de despesas do Projeto, devendo ser integrantes dos seus quadros de pessoal efetivo ou ocupantes em cargos de comissão, de acordo com Decreto 5.151 de 22 de julho de 2004.

## 4.2 – Atribuições das Instituições Participantes

A Agência Brasileira de Cooperação – ABC se responsabilizará pelo acompanhamento, no nível governamental, pelas ações decorrentes do presente Documento de Projeto. O Ministério do Meio Ambiente - MMA se responsabilizará pela execução das ações decorrentes do presente Documento de Projeto, atuando como Agência Executora Nacional do Projeto. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD designará seu escritório no Brasil como instituição responsável pelo apoio ao MMA no desenvolvimento das ações decorrentes do presente Documento de Projeto.

### 4.2.1 – Atribuições da ABC

A ABC acompanhará o desenvolvimento do Projeto sob os aspectos técnicos mediante análise de relatórios anuais, visitas ao MMA e reuniões tripartites periódicas, para verificação do cumprimento de objetivos, metas e resultados.

### 4.2.2 – Atribuições do MMA

O MMA assumirá as seguintes atribuições:

1. Designar o Diretor e o Coordenador Nacional do Projeto, respectivamente;
2. Planejar e implementar o plano de trabalho do Projeto, dentro do cronograma estabelecido, com a colaboração do PNUD;
3. Executar e gerenciar as atividades necessárias à implementação do Projeto;
4. Proporcionar infraestrutura local, informações e facilidades necessárias à implementação das atividades do Projeto;
5. Elaborar os termos de referência e as especificações técnicas para a contratação de consultores na modalidade “produto”, aquisição de bens e prestação de serviços necessários à implementação das atividades do Projeto;
6. Providenciar para que o processo de seleção e contratação de consultoria pessoa física na modalidade “produto” observe os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência;
7. Autorizar o pagamento dos serviços técnicos de consultoria, após a aceitação do produto ou de suas etapas conforme critérios técnicos e qualitativos;
8. Solicitar ao PNUD a transferência da propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto imediatamente após seu pagamento e atesto de recebimento definitivo;
9. Manter o inventário do Projeto atualizado;
10. Propor modificações e ajustes necessários ao bom andamento do Projeto à ABC/MRE e ao PNUD;
11. Preparar Relatório de Progresso Eletrônico – RPE referente ao módulo técnico do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos – SIGAP, semestralmente, quando será aferido o desempenho físico do projeto, ou seja, o alcance das metas físicas programadas. O relatório referente ao primeiro semestre deverá ser inserido no SIGAP no período de 15 de julho a 15 de agosto e o relatório referente ao segundo semestre, de 15 de janeiro a 15 de fevereiro;
12. Preparar Relatório Final que deverá ser apresentado à ABC/MRE e ao PNUD no prazo máximo de 120 dias após o encerramento do Projeto;
13. Preparar relatórios financeiros e prestações de contas, com a contribuição do PNUD, que vierem a ser exigidos pelos órgãos de controle nacionais e pelas instituições financiadoras externas eventualmente associadas ao Projeto;
14. Observar os procedimentos a serem estabelecidos pela ABC/MRE, com vistas a contribuir para o acompanhamento da execução do Projeto.

### 4.2.3 – Atribuições do PNUD

Caberá ao PNUD:

1. Prestar assessoria técnica ou transferir conhecimentos ao MMA em consonância com as atividades técnicas previstas no Documento de Projeto;
2. Participar na supervisão, no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos executados no Projeto;
3. Colaborar com especialistas de seu quadro regular, segundo as suas disponibilidades, ou contratar consultores, a fim de atender às solicitações do MMA, levando em conta a adequação de sua especialidade com as atividades e os recursos definidos no Projeto;
4. Processar, por solicitação do MMA, as ações administrativas necessárias à consecução do objeto de que trata este Documento de Projeto, inclusive a contratação de consultores na modalidade “produto”, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;
5. Transferir à Instituição Executora a propriedade dos bens móveis adquiridos com recursos do Projeto imediatamente após o pagamento e mediante o atesto de recebimento definitivo de tais bens pela Instituição Executora;
6. Organizar ações de capacitação de recursos humanos estabelecidas em comum acordo com o MMA;
7. Preparar, conjuntamente com o MMA, as revisões orçamentário-financeiras, assim como as revisões do Plano de Trabalho, sempre que necessário, nos termos previstos no Documento de Projeto;
8. Gerenciar os recursos financeiros do Projeto seguindo seus procedimentos contábeis e financeiros;
9. Disponibilizar mensalmente relatórios de execução financeira do Projeto;
10. Prestar todas as informações necessárias às atividades de acompanhamento da ABC/MRE;
11. Possibilitar o acesso aos documentos relacionados à gestão administrativa e financeira do Projeto aos órgãos de controle e à ABC/MRE.

## 4.3 – Insumos

### 4.3.1 – Insumos do MMA

O MMA disponibilizará ao Projeto PNUD BRA/16/G71, a título de contrapartida, os profissionais da Gerência de Proteção da Camada de Ozônio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Além disto, disponibilizará o apoio logístico necessário ao funcionamento do setor.

### 4.3.2 – Insumos do PNUD

**a) Apoio Técnico**

O PNUD cooperará com a Agência Executora Nacional do Projeto desenvolvendo atividades de cooperação técnica, mobilização e disseminação de conhecimento técnico e apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do mesmo e assistência nos processos de aquisição de bens e serviços e utilização de insumos.

As regras e os procedimentos para contratação de profissionais que atuam prestando consultoria técnica de pessoa física no Projeto PNUD BRA/16/G71 são compatíveis com as Normas Técnicas e Administrativas do organismo internacional e com os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, bem como a programação orçamentária e financeira constante do instrumento de cooperação técnica internacional.

A cada contratação deverá ser elaborado Termo de Referência específico, com detalhamento do propósito da contratação, descrição dos produtos esperados e/ou das atividades a serem desenvolvidas, qualificações profissionais exigidas, entre outros quesitos, sendo efetivada mediante seleção, sujeita à ampla divulgação, exigindo-se dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica.

As contratações de pessoas físicas serão destinadas à prestação de serviços conforme tabela abaixo.

Tabela 5 – Consultorias de pessoas físicas por Produto previstas para o projeto BRA/16/G71.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Natureza da Consultoria (Título da Consultoria) | Resultado do projeto | Quantidade de consultores | Período previsto para a duração do contrato | Valor total estimado dos serviços, por consultor (US$) | TOTAL |
| Diagnóstico da utilização das alternativas às SDOs para o setor de espumas de poliuretano e XPS | 1 | 1 | Máximo de 12 meses | 22.250,00 | 22.250,00 |
| Diagnóstico da utilização das alternativas às SDOs para o setor de refrigeração | 1 | 1 | Máximo de 12 meses | 22.250,00 | 22.250,00 |
| Diagnóstico da utilização das alternativas às SDOs para o setor ar condicionado | 1 | 1 | Máximo de 12 meses | 22.250,00 | 22.250,00 |
| Diagnóstico da utilização das alternativas às SDOs para o setor ar condicionado automotivo | 1 | 1 | Máximo de 12 meses | 22.250,00 | 22.250,00 |
| Diagnóstico da utilização das alternativas às SDOs para o setor de serviços de refrigeração e ar condicionado | 1 | 1 | Máximo de 12 meses | 22.250,00 | 22.250,00 |
| Diagnóstico da utilização das alternativas às SDOs para o setor de aerossois | 1 | 1 | Máximo de 12 meses | 22.250,00 | 22.250,00 |
| Elaboração de materiais informativos e de divulgação sobre os resultados do PBH | 1 | 2 | Máximo de 4 meses | 2.750,00 | 5.500,00 |
| Realização/Participação de eventos relacionados à Proteção da Camada de Ozônio e do Sistema Climático Global. | 1 | 2 | Máximo de 4 meses | 5.500,00 | 11.000,00 |
| **Total geral** | **-** | **10** | **-** | **-** | **150.000,00** |

**b) Apoio à Execução Nacional**

O Governo brasileiro solicita que, para apoiar a execução de projetos administrados sob a modalidade de Execução Nacional, o PNUD coloque à disposição da Agência Executora do Projeto seus mecanismos de preparação de documentos informativos, bem como efetue pagamentos a prestadores de serviços contratados no âmbito dos projetos. O PNUD envidará esforços no sentido de capacitar o Governo brasileiro na execução das atividades identificadas neste projeto.

Neste contexto, o PNUD proverá os seguintes serviços adicionais:

1. Assistência no recrutamento, ou recrutamento direto, de profissionais para atuar no projeto;
2. Aquisição de bens e contratação de serviços;
3. Acesso aos sistemas mundiais de informação gerenciados pelo PNUD;
4. Acesso à rede internacional de escritórios do PNUD;
5. Acesso aos sistemas do PNUD sobre informações operacionais, cadastros de consultores, fornecedores e serviços de cooperação para o desenvolvimento.

A responsabilidade do escritório local do PNUD pela prestação de serviços de apoio à execução deverá se limitar aos itens detalhados acima. As regras e os procedimentos para contratação de serviços, aquisição de material permanente e contratação de consultores, bem como as normas pertinentes para execução do Projeto são aquelas constantes dos manuais corporativos do PNUD.

A supracitada assistência poderá sofrer adequações sugeridas pelo Comitê de Acompanhamento do Projeto, direção da Agência Executora, bem como pelo Representante Residente do PNUD, à medida que sua necessidade se justifique no âmbito do documento de projeto acordado entre as partes. Os recursos financeiros para tal assistência estarão definidos no orçamento do Projeto e serão utilizados em conformidade com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD. Em termos operacionais, serão observados os Procedimentos do Organismo.

Para prover atividades de monitoramento, avaliação externa, sistematização de lições aprendidas e compartilhamento de experiências, a Agência Executora, por meio deste documento, autoriza o Representante Residente do PNUD a utilizar diretamente os recursos previstos nos códigos contábeis com agência de implementação (Impl. Agent) 1981 no sistema Atlas, quando aplicável e necessário, dentro dos limites orçamentários aprovados, de acordo com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD e com a responsabilidade compartilhada com a Agência Executora Nacional.

No provimento pelo PNUD de serviços de apoio à execução de Projetos, serão observadas as disposições dos Artigos pertinentes da Seção “Obrigações e Pré-requisitos” deste Documento de Projeto.

**c) Controle de qualidade**

Em conformidade com os regulamentos programáticos do PNUD, o organismo cumprirá no projeto o papel de Controle de Qualidade (*quality assurance*). Esta responsabilidade inclui, principalmente:

* Assegurar que fundos sejam disponibilizados ao projeto;
* Assegurar que o projeto esteja fazendo progresso com relação aos produtos;
* Realizar atividades de monitoramento regulares, como visitas periódicas e “pontos de controle”;
* Assegurar que os recursos confiados ao PNUD sejam utilizados apropriadamente;
* Assegurar que a informação crítica sobre o projeto seja monitorada e atualizada via sistema Atlas;
* Assegurar que relatórios de progresso, CDR e demais documentos relevantes sejam submetidos ao Comitê de Acompanhamento de Projetos em tempo hábil:
* Assegurar que os riscos sejam apropriadamente gerenciados, e que os riscos sejam regularmente atualizados no Atlas.

No caso do presente projeto, o ponto focal do PNUD para este acompanhamento será o Oficial de Programa designado ao projeto pelo organismo.

## 4.4 – Sistemática de Recuperação de Custos

### 4.4.1 – Orçamento e Administração Financeira do Projeto

O valor dos créditos oriundos do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal deste Documento de Projeto é de US$ 449.280,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta dólares americanos), calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas.

A administração dos recursos financeiros será realizada pelo PNUD de acordo com as políticas, normas e regulamentos financeiros do referido organismo internacional.

### 4.4.2. – Custos de Operação

A taxa administrativa do PNUD foi definida no momento da aprovação do Projeto, conforme consta do Relatório Final da 75ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal.

### 4.4.3 – Política de Recuperação de Custos

De acordo com as decisões e diretrizes do Conselho Executivo do PNUD incorporadas na Política de Recuperação de Custos sobre Outros Recursos, a contribuição do Protocolo de Montreal estará sujeita à recuperação de custos pelo PNUD conforme segue:

*Custos diretos incorridos a título de provisão de Serviços de Apoio à Implementação (ISS) pelo PNUD.* Estes custos devem estar inequivocamente relacionados a atividades específicas e serviços transacionais claramente identificáveis, cobrados de acordo com taxas de serviços padronizadas vigentes. Estes custos serão inseridos no orçamento das atividades nas linhas orçamentárias correspondentes aos serviços prestados.

## 4.5 – Uso de logotipos nos produtos do projeto

Conforme provisões do documento de Obrigações e Pré-Requisitos, Título XIII – “Da Publicação, da Divulgação das Atividades e dos Produtos Gerados”, crédito aos parceiros do projeto deve ser reconhecido em todos os produtos decorrentes do projeto. Neste sentido, a utilização da logomarca do PNUD deve ser incluída nos materiais, publicações, sites, etc. realizados pelo projeto. Tal inclusão deverá respeitar a política de comunicação do Organismo e deve se basear em consulta prévia sobre as peças a serem divulgadas.

## 4.6 – Arranjos de Auditoria

O projeto será auditado ao menos uma vez ao longo de sua execução, competindo ao PNUD aplicar seus critérios na definição da amostragem de projetos para auditoria durante cada ano fiscal.

No caso do presente projeto, cujo financiamento se origina de recursos do FML, o PNUD providenciará a contratação de serviço de auditoria independente privado, uma vez que o projeto componha a amostra de auditoria. Para este fim, o orçamento do projeto reserva recursos da ordem de 0.04% do total do projeto, refletidos em linha específica de seu orçamento.

# V. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

## 5.1 – Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação do Projeto PNUD BRA/16/G71 serão realizados de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal.

O MMA ficará responsável por elaborar o Relatório de Progresso Eletrônico – RPE referente ao Módulo Técnico do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos – SIGAP, semestralmente, quando será aferido o desempenho físico do Projeto, ou seja, o alcance das metas físicas programadas. O relatório referente ao primeiro semestre deverá ser inserido no SIGAP no período de 15 de julho a 15 de agosto e o relatório referente ao segundo semestre, de 15 de janeiro a 15 de fevereiro.

O monitoramento de indicadores específicos da Matriz de Resultados e Recursos será de responsabilidade da GPCO/MMA, que irá monitorar o progresso do projeto em direção aos seus resultados e objetivos e irá orientar ajustes às atividades do projeto, conforme necessário, durante a implementação, fornecendo a base para a tomada de decisões informada e participativa. Isso aumentará a possibilidade dos resultados de monitoramento e avaliação subsidiar o planejamento e a implementação de ações no local.

Conforme as políticas e procedimentos de programa descritos no Guia de Gerenciamento por Resultados (GGR) do PNUD, o projeto será monitorado da seguinte forma:

* Reuniões regulares entre a UIM/PNUD e a equipe do MMA para monitorar o andamento do progresso e intervir rapidamente quando necessário;
* Semestralmente, uma avaliação de qualidade deve registrar o progresso feito para o alcance dos resultados chave, baseados em critérios de qualidade e métodos definidos no quadro de Gerenciamento de Qualidade e no sistema Atlas;
* Um Registro de Questões (*Issues log*) do projeto deve ser ativado no Atlas e atualizado pelo Gerente de Projetos da UIM/PNUD para facilitar o rastreamento e soluções de problemas em potencial e solicitações de ajustes;
* Com base na Análise de Risco (*Risk Log*) (Anexo IV) inicial submetida, um Registro de Risco deve ser ativado no Atlas e regularmente atualizado após revisão de elementos do ambiente externo que possam afetar a implementação do projeto;
* Com base na informação registrada no Atlas, conforme descrito acima, um Relatório Semestral de Progresso deve ser preparado pelo Gerente de Projetos da UIM/PNUD, através do Controle da Qualidade de Projeto, utilizando o relatório padrão disponível no “*Executive Snapshot*” (Atlas).
* Um registro de Lições Aprendidas (*Lessons Learned Log*) deve ser ativado no Atlas e regularmente atualizado para garantir aprendizado e constante adaptação no âmbito da organização, e para facilitar a preparação do Relatório de Lições Aprendidas ao final do Projeto.
* Um Plano de Monitoramento deve ser ativado e atualizado regularmente no Atlas para rastrear as principais ações e eventos de gerenciamento.

Tendo em vista a natureza do projeto e os procedimentos do doador, não cabe a este projeto avaliação de meio termo e/ou final.

## 5.2 – Gerenciamento de Qualidade para as Atividades de Projeto

| **Resultado 1: Ações para o fortalecimento institucional para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil executadas**. | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Propósito 1** | *Estabelecer dispositivos legais para controle do consumo de HCFCs.* | | | |
| **Descrição** | *Analisar situação atual, verificar opções de ações e propor leis, regulamentações ou instruções para controle.* | | | |
| **Critérios de qualidade** | | | **Método de Qualidade** | **Data da avaliação** |
| Coordenação e Monitoramento | | | Avaliação do cumprimento das metas e dos compromissos segundo o Acordo Associado entre o Governo e o FML | Anos 1, 2 e 3 |
| **Propósito 2** | *Coletar dados e prestar informações ao FML sobre consumo de HCFCs.* | | | |
| **Descrição** | *Acompanhar informações sobre consumo de HCFCs no país.* | | | |
| **Critérios de qualidade** | | | **Método de Qualidade** | **Data da avaliação** |
| Verificação | | | Verificação de dados de consumo. | Anos 1, 2 e 3 |
| Monitoramento | | | Avaliação do cumprimento das obrigações do Governo com o FML. | Anos 1, 2 e 3 |
| **Propósito 3** | *Estabelecer mecanismos de articulação e diálogo com atores envolvidos.* | | | |
| **Descrição** | *Reuniões de trabalho, grupos de trabalho.* | | | |
| **Critérios de qualidade** | | | **Método de Qualidade** | **Data da avaliação** |
| Articulação institucional | | | Realização de reuniões de trabalho | Anos 1, 2 e 3 |
| **Propósito 4** | | *Acompanhar implementação dos projetos de investimento em execução no país para prestação de contas ao FML.* | | |
| **Descrição** | | *Preparação de relatórios e supervisão de atividades.* | | |
| **Critérios de qualidade** | | | **Método de Qualidade** | **Data da avaliação** |
| Monitoramento e Verificação | | | Acompanhamento e verificação das atividades de implementação. | Anos 1, 2 e 3. |
| **Propósito 5** | | *Estabelecer mecanismos para comunicar ao público geral as questões relacionadas à proteção da camada de ozônio.* | | |
| **Descrição** | | *Preparação de material de divulgação e realização de eventos de divulgação e conscientização.* | | |
| **Critérios de qualidade** | | | **Método de Qualidade** | **Data da avaliação** |
| Conscientização | | | Disseminação de informações para as partes direta e indiretamente beneficiadas | Anos 1, 2 e 3 |
| **Propósito 6** | | *Compartilhar informações e lições aprendidas e subsidiar com informações técnicas para a definição de posição do Governo Brasileiro no processo de negociação do Protocolo de Montreal* | | |
| **Descrição** | | *Participação em reuniões e preparação de informações técnicas.* | | |
| **Critérios de qualidade** | | | **Método de Qualidade** | **Data da avaliação** |
| Participação em reuniões de cooperação | | | Emissão de relatório de participação nas reuniões realizadas no âmbito do Protocolo de Montreal | Anos 1, 2 e 3 |

## 5.3 – Vigência

O presente Documento de Projeto entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado pelo mútuo consentimento das Partes.

# VI. CONTEXTO LEGAL

O presente Documento de Projeto será o instrumento referido como tal pelo Artigo 1º do Acordo Padrão de Assistência Básica celebrado entre o Governo do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 29 de dezembro de 1964. A agência implementadora do País-Sede deverá, para os fins do Acordo Padrão de Assistência Básica, referir-se à agência cooperadora do governo descrita naquele Acordo.

## 6.1 Modificações no Documento de Projeto

Mediante o mútuo consentimento das Partes, o presente Documento de Projeto poderá ser alterado por meio de revisões para adequações financeiras, eventuais ajustes de execução do Projeto, prorrogação do prazo de vigência, assim como quaisquer modificações que se façam necessárias.

Como exceção ao disposto acima, as seguintes revisões poderão ser assinadas unicamente pelo Representante Residente do PNUD no Brasil:

1. Revisões para refletir estimativa mais realista de implementação financeira para o ano em curso e reprogramar os recursos remanescentes para o ano vindouro, não apresentando nenhuma alteração no montante total do orçamento;
2. Revisões obrigatórias anuais que reflitam os gastos efetuados ao longo do ano anterior e não apresentem nenhuma alteração no montante total do orçamento, da vigência ou de natureza substantiva; e
3. Revisões que reflitam uma prorrogação do prazo de vigência de até seis meses mediante solicitação expressa do MMA e anuência da ABC.

# VII. ANEXOS

### ANEXO I – DECISÃO 61/43

O Comitê Executivo decidiu:

1. Apreciar o documento sobre o Fortalecimento Institucional: Opções para Financiamento e Formatos para Solicitação de Renovação (UNEP/Ozl.Pro/ExCom/61/49);
2. Manter o financiamento para suporte ao fortalecimento institucional (IS) aos níveis atuais, e renovar os projetos de IS para o período de 2 anos completos a partir da 61ª Reunião, levando em consideração as decisões 59/17 e 59/47(b) que permitiram que as partes Artigo 5 apresentassem seus projetos de IS como projetos isolados ou no âmbito de seus programas nacionais de eliminação dos HCFCs, bem como revisar o contínuo financiamento IS aos níveis da primeira reunião do Comitê Executivo em 2015; e
3. Aprovar o formato revisado para as renovações de IS com os objetivos e indicadores identificados, conforme constam no Anexo XV do presente relatório, e solicitar às agências bilaterais e implementadoras a utilização desses formatos quando da solicitação de renovação dos projetos de IS submetidos a partir da 62ª Reunião em diante.

**(Decisão 61/43)**

### ANEXO II – DECISÃO 74/51 E FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL ESTABELECIDO PELO COMITÊ EXECUTIVO DO FUNDO MULTILATERAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE MONTREAL.

O Comitê Executivo decidiu:

1. Apreciar a revisão do financiamento de projetos de fortalecimento institucional (IS) elaborados em consonância com a decisão 61/43(b), conforme consta no documento UNEP/Ozl.Pro/ExCom/74/51;
2. Recordar e reiterar as decisões adotadas pelo Comitê Executivo em relação ao IS;
3. Aprovar todos os projetos de IS e renovações em nível 28% superior ao nível historicamente acordado, com nível mínimo de financiamento IS no valor de US$42.500 ao ano, a fim de continuar o suporte ao cumprimento do Protocolo de Montreal e a fim de endereçar os desafios relacionados à eliminação dos HCFCs em consonância com os objetivos da decisão XIX/6 e a transição para alternativas que minimizem o impacto ambiental;
4. Analisar o IS, incluindo os níveis de financiamento, na primeira reunião do Comitê Executivo em 2020; e
5. Continuar a utilizar o formato atual para renovações de IS conforme aprovado na 61ª reunião (decisão 61/43(c)) com modificação na seção 10, no intuito de indicar que os indicadores de desempenho devem ser incluídos, conforme consta no Anexo XIX do presente relatório.

**(Decision 74/51)**

**FORMULÁRIO REVISADO PARA RELATÓRIO DE CONCLUSÃO E SOLICITAÇÃO DE EXTENSÃO DO FINANCIAMENTO PARA O PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL (Decisão 74/51)**

1. País:
2. Agência implementadora nacional/unidade de ozônio:
3. Agência de implementação:
4. Fases do projeto de Fortalecimento Institucional (aprovadas):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Fase** | ***Duração*** | Financiamento FML  ***(Aprovado)*** US$ | Financiamento FML ***(Desembolso)*** US$ |
| Primeira |  |  |  |
| Segunda |  |  |  |
| Terceira |  |  |  |
| Quarta |  |  |  |
| Quinta |  |  |  |
| Sexta |  |  |  |
| Sétima |  |  |  |

a) Período do relatório:

b) Solicitado (financiamento da fase (US$) e período):

1. Relatório de dados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Requisito de relatório** | Relatado | | **Ano do relatório** | **Ano de envio** |
| sim | não |
| Artigo 7 |  |  |  |  |
| Implementação do programa nacional |  |  |  |  |

1. Descreva o papel e a posição da Unidade Nacional de Ozônio (UNO) na administração nacional, a maneira como seu trabalho é supervisionado e seu acesso a tomadores de decisão sênior (pode incluir cooperação com comitês diretores, grupos consultivos ou entidades interministeriais).
2. Indique o número total de funcionários na NOU:

* Quantos são pagos pelo FML? Turno integral: Meio turno:

Quantos são pagos pelo Governo? Turno integral: Meio turno:

1. A unidade tem todos os funcionários de que necessita?

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Sim |  | Não |
|  |  |  |

Se NÃO, explique:

1. Forneça detalhes sobre a situação da implementação das atividades aprovadas na fase anterior do FI e sobre as atividades planejadas para a fase solicitada. Favor adicionar indicadores específicos de desempenho.

| **Objetivos (adicione conforme necessário)** | **Atividades da fase atual** | **Realizações na fase atual - VII (2012/2015)** | **Atividades planejadas para a próxima fase - VIII (2015/2017)** | **Resultados esperados para a próxima fase (2015/2017)** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Objetivo 1: Adoção/implementação de legislação e regulamentações sobre SDOs para controlar e monitorar o consumo de SDOs** | | | | |
| Introdução de um sistema de licenças e cotas para HCFCs. |  |  |  |  |
| Aplicação de medidas para controlar a eliminação das SDOs e alternativas. |  |  |  |  |
| Monitorar o comércio ilícito de SDOs |  |  |  |  |
| Ratificação de Emendas ao Protocolo de Montreal |  |  |  |  |
| **Objetivo 2: Coleta e elaboração de relatório de dados de consumo de SDOs** | | | | |
| Monitorar a importação/exportação em aduanas |  |  |  |  |
| Relatório de dados do Artigo 7º |  |  |  |  |
| Relatório de dados de consumo e atividades do Programa de País (Country Programme) |  |  |  |  |
| **Objetivo 3: Consultas e coordenação com outras agências/partes interessadas nacionais** | | | | |
| Comitê Executivo Interministerial para Proteção da Camada de Ozônio |  |  |  |  |
| Grupo de Trabalho – GT HCFCs |  |  |  |  |
| **Objetivo 4: Supervisão da implementação das atividades de eliminação e redução do consumo de SDOs** | | | | |
| Implementação do Plano Nacional de Eliminação de CFCs – fase final. |  |  |  |  |
| Preparação/implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs - PBH |  |  |  |  |
| Projeto Demonstrativo para Destinação Final de Resíduos de SDOs. |  |  |  |  |
| Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do setor de *Chillers*. |  |  |  |  |
| **Objetivo 5: Conscientização e troca de informações** | | | | |
| Disseminação de informações para os principais atores que atuam com o tema de proteção da camada de ozônio. |  |  |  |  |
| Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio |  |  |  |  |
| **Objetivo 6: Cooperação regional e participação em reuniões do Protocolo de Montreal** | | | | |
| Participação em reuniões das redes regionais da América Latina e Caribe |  |  |  |  |
| Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal |  |  |  |  |
| Grupo de Trabalho Aberto (OEWG)/ Reunião das Partes (MOP) |  |  |  |  |

1. **Orçamento**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Itens** | **Orçamento da presente fase (US$)** | **Gastos da presente fase (US$)** | | **Orçamento Estimado (próxima fase) (US$)** | **Recursos do Governo (contrapartida não financeira) (US$)** | |
|
|
|  |  | **Efetivos** | **Compromissados** |  | **Fase Atual** | **Próxima Fase** |
| Funcionários (incluindo consultores) |  |  |  |  |  |  |
| Equipamento |  |  |  |  |  |  |
| Custos Operacionais (i.e. reuniões, consultorias, etc.) |  |  |  |  |  |  |
|
| Conscientização Pública |  |  |  |  |  |  |
| Outros |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL** |  |  |  |  |  |  |

**12. Avalie o desempenho do FI em cumprir com os seguintes indicadores**:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Avaliação** | | | **Comentários** |
| **Muito bom** | **Satisfatório** | **Ruim** |
| 1. Efetividade das medidas de controle de importação |  |  |  |  |
| 2. Integração de questões de proteção ao ozônio em planos nacionais |  |  |  |  |
| 3. Conclusão de projetos de eliminação |  |  |  |  |
| 4. Relatório de dados eficiente |  |  |  |  |

**13. Endosso do governo:**

|  |  |
| --- | --- |
| Plano de ação autorizado por ***(nome)***: |  |
| Assinatura da autoridade: |  |
| Cargo: |  |
| Organização/Agência/Ministério Supervisor: |  |
| Data: |  |

**14. Envio do plano de ação**:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome da agência implementadora: |  |
| Nome do Oficial de Projeto: |  |
| Assinatura do Oficial de Projeto: |  |
| Data: |  |
| Comentários da agência implementadora: |  |

**15. Resumo Executivo: forneça resumos para as informações solicitadas abaixo em não mais de um parágrafo cada. Esses parágrafos serão usados em documentos para a Reunião do Comitê Executivo**.

a) Relatório de Conclusão

b) Plano de Ação

### ANEXO III – RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DA SÉTIMA FASE DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E SOLICITAÇÃO DE EXTENSÃO DO FINANCIAMENTO PARA A OITAVA FASE APRESENTADO AO FML EM SETEMBRO DE 2015

1. País: Brasil.
2. Agência implementadora nacional/unidade de ozônio: Ministério do Meio Ambiente (MMA)/Gerência de Proteção da Camada de Ozônio (Unidade de Ozônio).
3. Agência de implementação: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
4. Fases do projeto de Fortalecimento Institucional (aprovadas):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Fase** | ***Duração*** | Financiamento FML  ***(Aprovado)*** US$ | Financiamento FML ***(Desembolso)*** US$ |
| Primeira | 1993 – 1998 | 403.100,00 | 403.100,00 |
| Segunda | 1998 – 2000 | 270.000,00 | 270.000,00 |
| Terceira | 2001 – 2004 | 270.000,00 | 270.000,00 |
| Quarta | 2004 – 2006 | 351.000,00 | 320.151,28 |
| Quinta | 2007 – 2009 | 351.000,00 | 301.874,07 |
| Sexta | 2010 – 2012 | 307.125,00 | 277.310.20 |
| Sétima | 2013 – 2015 | 351.000,00 | 262.799,58\* |

*\* Desembolso realizado até 2015.*

a) Período do relatório: abril de 2012 a setembro de 2015.

b) Solicitado (financiamento da fase (US$) e período): Fase VIII – US$ 449.280,00 – novembro de 2015 a novembro de 2017.

1. Relatório de dados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Requisito de relatório** | Relatado | | **Ano do relatório** | **Ano de envio** |
| sim | não |
| Artigo 7 | X |  | 2011, 2012, 2013 e 2014 | 2012, 2013, 2014 e 2015 |
| Implementação do programa nacional | X |  | 2011, 2012, 2013 e 2014 | 2012, 2013, 2014 e 2015 |

1. Descreva o papel e a posição da Unidade Nacional de Ozônio (UNO) na administração nacional, a maneira como seu trabalho é supervisionado e seu acesso a tomadores de decisão sênior (pode incluir cooperação com comitês diretores, grupos consultivos ou entidades interministeriais).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado em novembro de 1992, é um órgão do poder executivo federal subordinado à Presidência da República, que tem como missão formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais para o desenvolvimento sustentável de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade com o objetivo de contribuir para a geração de resultados ambientais efetivos nas agendas prioritárias e internalizar parâmetros e atributos socioambientais nas políticas de desenvolvimento do País.

O MMA é o ponto focal no Brasil para as questões relacionadas à proteção da camada de ozônio, sendo responsável pela internalização das decisões do Fundo Multilateral e das Partes do Protocolo de Montreal. É o órgão responsável pelo preenchimento e encaminhamento dos formulários referentes ao “Country Program” e ao Artigo 7º do Protocolo de Montreal, cujas informações permitem acompanhar o consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, o que possibilita a verificação do cumprimento das metas e obrigações estabelecidas no âmbito do Protocolo de Montreal.

Os projetos de Fortalecimento Institucional estão sob a coordenação e implementação do Ministério do Meio Ambiente, servindo de instrumento de apoio para as ações do governo brasileiro decorrentes da implementação do Protocolo de Montreal no Brasil.

Por meio da Gerência de Proteção da Camada de Ozônio, que funciona como Unidade de Ozônio, cabe ao MMA realizar a coordenação do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH) para o acompanhamento dos diversos projetos, além de atuar na articulação com os diferentes atores envolvidos no tema (agências implementadoras, empresas do setor privado, entidades de classes e associações, etc.), especialmente por meio do grupo de trabalho GT-HCFCs e do Comitê Executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio (Prozon). O primeiro possibilita a realização de articulações com entidades do setor privado e associações representativas dos setores envolvidos, e o segundo permite articulação com ministérios (estruturas governamentais da administração direta do Governo Federal), cujas pastas possuem relação direta e indireta no que se refere ao controle e eliminação do consumo de SDOs. A articulação com diversos atores se mostra fundamental, uma vez que amplia o entendimento acerca das ações e atividades previstas no âmbito do PBH e de outros projetos em execução, possibilitando estreitar relações para um melhor desenvolvimento dos trabalhos.

A seguir, são apresentadas as atividades que são desenvolvidas no âmbito da GPCO:

* Coordenação do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH);
* Avaliação e adequação de normas nacionais federais para o cumprimento das decisões e ações estabelecidas no âmbito do Protocolo de Montreal;
* Divulgação das ações realizadas por meio de eventos e materiais desenvolvidos, visando a promoção da conscientização e sensibilização da sociedade para a proteção da camada de ozônio;
* Participação nas reuniões do Protocolo de Montreal e do Fundo Multilateral para implementação do Protocolo de Montreal.

A responsabilidade pelo controle da importação, exportação, registros de pessoas físicas ou jurídica, monitoramento do comércio e fiscalização de SDOs no Brasil é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituição vinculada ao MMA. Todos os dados registrados de SDO estão disponíveis no Cadastro Técnico Federal (CTF), o qual está sob operação e administração dessa Instituição.

1. Indique o número total de funcionários na NOU: 4

* Quantos são pagos pelo FML? 0 Turno integral: 0 Meio turno: 0
* Quantos são pagos pelo Governo? 4 Turno integral: 4 Meio turno: 0

1. A unidade tem todos os funcionários de que necessita?

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Sim |  | Não |
|  |  | x |

Se NÃO, explique: a equipe da GPCO é formada por servidores públicos do Governo Federal incumbidos com o dever de implementar as medidas para implementação do Protocolo de Montreal no Brasil. No entanto, carece de corpo técnico especialista nos temas tratados pelos projetos executados para gradativa redução e eliminação do consumo de SDOs nos diversos setores onde tais substâncias ainda são utilizadas. Portanto, a carência de especialistas é suprida por meio da contratação de consultores de acordo com a demanda. As contratações se fazem possíveis pela disponibilidade de recursos financeiros providos pelos Projetos de Fortalecimento Institucional.

1. Forneça detalhes sobre a situação da implementação das atividades aprovadas na fase anterior do FI e sobre as atividades planejadas para a fase solicitada. Favor adicionar indicadores específicos de desempenho.

| **Objetivos (adicione conforme necessário)** | **Atividades da fase atual** | **Realizações na fase atual - VII (2012/2015)** | **Atividades planejadas para a próxima fase - VIII (2015/2017)** | **Resultados esperados para a próxima fase (2015/2017)** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Objetivo 1: Adoção/implementação de legislação e regulamentações sobre SDOs para controlar e monitorar o consumo de SDOs** | | | | |
| Introdução de um sistema de licenças e cotas para HCFCs. | Elaborar minuta de instrumentos legais;  Coordenar as discussões das minutas de instrumentos legais;  Viabilizar a publicação de instrumentos legais visando à redução, à eliminação e ao gerenciamento das substâncias que destroem a camada de ozônio. | Publicada Instrução Normativa do Ibama nº 14, de 20 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o controle das importações de Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs e de misturas contendo HCFCs, em atendimento à Decisão XIX/6 de 2007 do Protocolo de Montreal, de acordo com a Etapa 1 do PBH. | Conscientização pública a respeito da importância e papel do Cadastro Técnico Federal.  Elaborar minuta de instrumentos normativos;  Coordenar as discussões das minutas de instrumentos normativos;  Viabilizar a publicação de instrumentos normativos visando à redução, à eliminação e ao gerenciamento das substâncias que destroem a camada de ozônio. | 03 atividades para divulgação da obrigatoriedade de cadastramento no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP - Ibama) realizadas.  Instrução Normativa nº 14, de 20 de dezembro de 2012, atualizada para cumprimento das metas de redução de consumo de HCFCs de acordo com cronograma do Protocolo de Montreal a partir de 2016.  02 minutas de normas elaboradas para utilização de substâncias inflamáveis em substituição aos HCFCs no setor de refrigeração e ar condicionado.  **Indicador:**  Númerode atividades de divulgação realizadas;  Número de instrumentos normativos atualizados ou elaborados |
| Aplicação de medidas para controlar a eliminação das SDOs e alternativas. | Identificar necessidades de melhoria do módulo do Protocolo de Montreal no CTF/APP – Ibama, para inclusão dos HCFCs. | Módulo do Protocolo de Montreal no CTF/APP – Ibama, que trata do sistema de licença e controle de cotas de HCFCs, foi aperfeiçoado, permitindo um melhor gerenciamento, a confiabilidade dos dados e informações. | Identificar necessidades de melhoria do módulo Protocolo de Montreal no CTF/APP – Ibama. | Sistema de licenças de importação e exportação de SDOs aperfeiçoado e funcionando adequadamente.  Os possíveis riscos de vulnerabilidade de comercio ilícito de HCFCs eliminados.  **Indicador:**  Número de licenças emitidas |
| Monitorar o comércio ilícito de SDOs | Acompanhar a concessão de licenças de importação e exportação de SDOs encaminhados ao IBAMA para evitar o comercio ilegal.  Divulgar as regulamentações sobre SDOs para agentes, importadores e exportadores. | O Ibama tem realizado fiscalização rotineira, em diversas partes do Brasil, para inibir o comércio ilegal de SDOs. Aproximadamente 734.400 kg de substâncias fluoradas encontram-se apreendidas e aguardam decisão judicial para serem destruídas. O Ibama também tem realizado um processo rigoroso no que se refere à concessão das licenças de importação e exportação de SDOs, incluindo a fiscalização do comércio dessas substâncias. | Acompanhar os pedidos de licença de importação e exportação de SDOs, encaminhados ao IBAMA, que não atendem à legislação vigente;  Divulgar as regulamentações sobre SDOs para agentes, importadores e exportadores. | Comércio ilícito de SDOs combatido e monitorado constantemente.  **Indicador:**  Número de vistorias realizadas |
| Ratificação de Emendas ao Protocolo de Montreal | N/A | N/A | Elaborar estudos que subsidiem o posicionamento brasileiro em relação a propostas de emenda ou ajustes ao Protocolo de Montreal. | **Indicador:**  Número de estudos realizados |
| **Objetivo 2: Coleta e elaboração de relatório de dados de consumo de SDOs** | | | | |
| Monitorar a importação/exportação em aduanas | Acompanhar a concessão de licenças de importação e exportação com base em cotas estabelecidas para manter o País em cumprimento com as metas estabelecidas pelo Protocolo de Montreal.  Coordenar ações entre entidades envolvidas no controle de SDOs. | As licenças de importação e exportação de SDOs no período foram concedidas em conformidade com as metas assumidas pelo Brasil, observando a Instrução Normativa nº 14, de 20 de dezembro de 2013.  Durante esse período, não foi permitida nenhuma importação de CFC e de outras SDOs que se encontram proibidas.  Relatórios de auditoria elaborados por consultoria independente têm comprovado o cumprimento das metas de congelamento e eliminação do consumo de HCFCs, conforme metas aprovadas para o Brasil. | Acompanhar a concessão de licenças de importação e exportação com base em cotas estabelecidas para manter o País em cumprimento com as metas estabelecidas pelo Protocolo de Montreal. | Licenças de importação e exportação de SDOs monitoradas e emitidas de acordo com os compromissos assumidos pelo Brasil.  **Indicador:**  Cotas de importação dos HCFCs estabelecidas e monitoradas |
| Relatório de dados do Artigo 7º | Coordenar a elaboração dos relatórios dos dados de consumo das SDOs para cumprir com o estabelecido no Artigo 7º do Protocolo de Montreal e encaminhá-los anualmente à Secretaria do Protocolo de Montreal. | 04 relatórios de dados de consumo (Artigo 7º) elaborados e submetidos à Secretaria do Ozônio, correspondentes aos anos de 2011 a 2014. | Elaborar os relatórios dos dados de consumo das SDOs para cumprir com o estabelecido no Artigo 7º do Protocolo de Montreal e encaminhá-los anualmente à Secretaria do Protocolo de Montreal. | 02 Relatórios dos dados de consumo (Artigo 7º) elaborados e submetidos à Secretaria do Ozônio.  **Indicador:**  Número de relatórios elaborados e encaminhados |
| Relatório de dados de consumo e atividades do Programa de País ( Country Programme) | Preencher os formulários constantes no sistema web do Fundo Multilateral sobre o Programa de País com as informações referentes aos dados de consumo e atividades realizadas | 04 relatórios dos dados de consumo (Country Programme) e atividades elaborados e submetidos ao Fundo Multilateral, correspondentes ao período de 2011 a 2014. | Preencher os formulários constantes no sistema web do Fundo Multilateral sobre o Programa de País com as informações referentes aos dados de consumo e atividades realizadas | 02 Relatórios de dados de consumo (Country Programme) e atividades elaborados e submetidos ao FML.  **Indicador:**  Número de relatórios elaborados e encaminhados |
| **Objetivo 3: Consultas e coordenação com outras agências/partes interessadas nacionais** | | | | |
| Comitê Executivo Interministerial para Proteção da Camada de Ozônio | Realizar reuniões para discussão, negociação e informação com as instituições parceiras governamentais que trabalham com o tema da proteção da camada de ozônio no Brasil sobre a implementação do PBH e discutir as próximas etapas da eliminação dos HCFCs. | 05 reuniões do PROZON realizadas sob coordenação do MMA/GPCO para: discussão dos procedimentos e processos de elaboração e coleta de dados para a Etapa 2 do PBH, apresentação da estratégia brasileira para a Etapa 2 do PBH, apresentação dos resultados de implementação dos projetos da Etapa 1 do PBH e apresentação de outros projetos que estão em fase de implementação.  Documento da Etapa II do PBH submetido à aprovação do PROZON, após realização para consulta pública nacional. | Realizar reuniões para discussão, negociação e informação com as instituições parceiras governamentais que trabalham com o tema da proteção da camada de ozônio no Brasil.  Coordenação pelo MMA/GPCO do PROZON | 03 Reuniões do PROZON realizadas.  **Indicador:**  Número de reuniões realizadas |
| Grupo de Trabalho – GT HCFCs | Realizar reuniões para discussão, negociação e informação com as associações e empresas do setor privado que utilizam SDOs em seus processos produtivos. | 06 reuniões do GT-HCFCs realizadas para: discussão dos procedimentos e processos de elaboração e coleta de dados para a Etapa II do PBH, apresentação da estratégia brasileira para a Etapa II do PBH, apresentação dos resultados de implementação dos projetos da Etapa I do PBH e apresentação de outros projetos que estão em fase de implementação; | Coordenar as atividades do GT-HCFCs.  Realizar reuniões para discussão, negociação e informação com as associações e empresas do setor privado que utilizam HCFCs em seus processos produtivos. | 03 Reuniões do GT-HCFCs para discussão das ações para implementação do PBH realizadas.  **Indicador:**  Número de reuniões realizadas |
| **Objetivo 4: Supervisão da implementação das atividades de eliminação e redução do consumo de SDOs** | | | | |
| Implementação do Plano Nacional de Eliminação de CFCs – fase final. | Coordenar e acompanhar a conclusão dos projetos previstos no âmbito do Plano Nacional de Eliminação de CFCs (PNC). | O Plano Nacional de Eliminação de CFC – PNC foi aprovado pelo 37ª Reunião do ExCom, em julho de 2002, com recursos de US$ 26,7 milhões para atividades de investimento, não-investimento, assistência técnica e transferência de conhecimento. Este projeto foi plenamente concluído em dezembro de 2013 e contemplou os seguintes subprojetos:  a) Projetos do Setor de Serviços de Refrigeração: Recolhimento de CFCs; Regeneração de CFCs; Reciclagem de CFCs; Recolhimento e Reciclagem no setor de ar condicionado automotivo; Recolhimento e Reciclagem na Refrigeração Industrial e Ar Condicionado Central (Chillers Centrífugos); Gerenciamento Ambiental em micro e pequenas empresas do setor de refrigeração comercial; Recolhimento de CFCs em ações do Governo para Eficiência Energética.  b) Projeto de investimento - conversão no setor de manufatura de espumas.  c) Projeto de investimento – conversão no setor de solventes (CFC 113).  d) Projeto de investimento – conversão no setor de esterilizantes (CFC 12).  e) Projetos de não investimento: Normas Técnicas da ABNT; Prevenção de Comércio Ilícito de SDOs; Estratégia Nacional para Transição de MDIs com CFC para livres de CFCs; Treinamento de Boas Práticas para Técnicos de Refrigeração; Treinamento para Oficiais Aduaneiros.  Relatório de avaliação final das ações executadas por meio do Plano Nacional de Eliminação de CFCs (PNC) elaborado por consultoria independente. | Projeto concluído. | n.a. |
| Preparação/implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs - PBH | Coordenar a implementação da Etapa 1 do PBH.  Coordenar a elaboração do Relatório de Progresso das atividades desenvolvidas no âmbito do PBH para cada ano e do Plano de Trabalho para o ano seguinte e encaminhá-los ao Fundo Multilateral. | 05 relatórios de progresso e planos de ação para o PBH elaborados e submetidos à Secretaria Executiva do Fundo Multilateral e aprovados pelo Comitê Executivo do Fundo Multilateral.  Coordenação da elaboração de 03 editais de manifestações de interesse publicados para identificação de pequenas e médias empresas para participar da Etapa 2 do PBH  Acompanhamento de 17 missões de visita a empresas produtoras de espumas de poliuretano com HCFC-141b realizadas para conversão tecnológica no âmbito da Etapa 1 do PBH.  Assinatura de 25 Certificados de completa eliminação do HCFC-141b entregues a empresas do setor de manufatura de espumas de poliuretano beneficiárias da Etapa 1 do PBH.  Acompanhamento do processo de contratação de 05 instituições de ensino para ministrar cursos de capacitação e treinamento de técnicos de refrigeração em boas práticas.  Acompanhamento do projeto de treinamento e capacitação em boas práticas de refrigeração que resultou em 1929 técnicos de refrigeração treinados.  Coordenação da elaboração e publicação de materiais técnicos para o setor de serviços sobre as boas práticas na refrigeração, são eles: 3 Guias sobre Boas Práticas na Refrigeração, 2 Apostilas para Treinamento de Técnicos para o Setor RAC, 1 Publicação sobre o Uso Seguro de Fluidos Frigoríficos de Hidrocarbonetos e 1 Publicação sobre Fluidos Frigoríficos Naturais para Sistemas de Refrigeração Comercial.  Acompanhamento de 13 missões de visita a empresas e associações do setor privado realizadas em 10 estados brasileiros para coleta de dados e informações para definição da estratégia da Etapa II do PBH.  Coordenação da elaboração da minuta do documento da Etapa II do PBH submetida à Consulta Pública com o objetivo de coletar sugestões dos setores público e privado para melhoria da estratégia e garantia de um processo transparente.  Elaboração do documento com a estratégia da Etapa II do PBH, refletindo as considerações recebidas e acatadas via Consulta Pública, submetido à aprovação pelo PROZON.  Documento da Etapa II do PBH finalizado e enviado à Secretaria Executiva do Fundo Multilateral para análise e posterior submissão ao Comitê Executivo do Fundo Multilateral. | Coordenar e supervisionar a execução da Etapa I do PBH e de seus respetivos projetos.  Coordenar e supervisionar a execução da Etapa II do PBH e de seus respectivos projetos.  Coordenar a elaboração dos Relatórios de Progresso das atividades desenvolvidas no âmbito do PBH e dos Planos de Ação e submetê-los ao Fundo Multilateral. | 04 Relatórios de Progresso e Planos de Ação elaborados e submetidos à Secretaria do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal;  Supervisão de 05 Missões de visita a empresas produtoras de espumas de poliuretano com HCFC-141b realizadas para a conversão tecnológica no âmbito da Etapa I do PBH.  Assinatura de 190 certificados de eliminação do HCFC-141b juntamente com as empresas de manufatura de espumas de poliuretano beneficiárias da Etapa I do PBH.  Supervisão de 15 missões de visita a empresas produtoras de espumas de poliuretano com HCFC-141b realizadas para a conversão tecnológica no âmbito da Etapa II do PBH.  Supervisão de 10 missões de visita a empresas de manufatura de equipamentos de refrigeração e ar condicionado para conversão tecnológica visando a eliminação do HCFC-22 no âmbito da Etapa 2 do PBH.  Participação em atividades de treinamento e capacitação em boas práticas no setor de refrigeração e ar condicionado.  **Indicador:**  Número de Relatórios de Progresso e Planos de Ação elaborados;  Número de certificados de eliminação do HCFC-141b assinados em conjunto com as empresas de manufatura de espumas de poliuretano beneficiárias da Etapa I do PBH.  Número de supervisões de missões de campo realizadas;  Número de participação em atividades de treinamento e capacitação |
| Projeto Demonstrativo para Destinação Final de Resíduos de SDOs. | Coordenar e acompanhar a elaboração do Projeto Demonstrativo para destinação final de resíduos de SDOs. | Elaboração do Projeto Demonstrativo para Destinação Final de Resíduos de SDOs.  Submissão e aprovação desse Projeto Demonstrativo na 72ª Reunião do ExCom.  Preparação do documento de projeto para a internalização dos recursos aprovados no ExCom no Brasil.  Documento de projeto assinado em maio de 2015.  Contratação de assessor técnico nacional e de consultor técnico internacional para execução do projeto. | Coordenar e supervisionar a execução do Projeto Demonstrativo para Destinação Final de Resíduos de SDOs.  Coordenar a elaboração do relatório de conclusão sobre o Projeto de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos de SDOs e submetê-lo ao Fundo Multilateral; | Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduos de SDOs implementado, envolvendo assistência técnica para o recolhimento, capacitação, armazenamento, consolidação e transporte.  01 Relatório de conclusão do Projeto de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos de SDOs elaborado e submetido à Secretaria do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal;  Supervisão de 01 material informativo (cartilha) sobre gerenciamento de resíduos de SDOs publicado.  Participação em 02 eventos de capacitação para o gerenciamento de resíduos de SDOs.  **Indicador:**  Relatório de conclusão do Projeto de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos de SDOs elaborado e submetido à Secretaria do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal |
| Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do setor de *Chillers*. | Coordenar e acompanhar a execução do Resultado 3 (financiado pelo FML) do projeto de Transformação de Mercado para Eficiência Energética no Brasil. | Preparação do documento de projeto para a internalização dos recursos aprovados no ExCom no Brasil.  Documento de projeto assinado em abril 2013.  Realização de inventário de resfriadores com CFCs e HCFCs em funcionamento no Brasil.  Supervisão da publicação de material técnico (cartilha, folders, guia e manual) sobre Chillers, abordando aspectos de substituição, fluidos frigoríficos, operação, manutenção e eficiência. | Coordenar e supervisionar a execução do Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do setor de *Chillers*.  Coordenar a elaboração do relatório de conclusão para o Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do Setor de Chillers. | Setor de Chillers capacitado para utilização de sistemas eficientes e ambientalmente sustentáveis.  01 Relatório de conclusão do Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do Setor de Chillers elaborado e submetido à Secretaria do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal;  Supervisão da elaboração de materiais informativos sobre sistemas de água geladas (chillers) para edifícios.  Participação em 5 eventos de capacitação sobre sistemas de água gelada;  Supervisão de 4 processos de retrocomissionamento e da publicação dos resultados.  Supervisão da criação de 01 Website para disponibilização de materiais técnicos sobre sistemas de água gelada.  **Indicador:**  Relatório de conclusão do Projeto Demonstrativo para o Gerenciamento Integrado do Setor de Chillers elaborado e submetido à Secretaria do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal |
| **Objetivo 5: Conscientização e troca de informações** | | | | |
| Disseminação de informações para os principais atores que atuam com o tema de proteção da camada de ozônio. | Definir materiais de divulgação a serem publicados no âmbito das atividades do PBH;  Elaborar os materiais de divulgação;  Publicar os materiais de divulgação;  Participar da Feira bienal do Poliuretano (FEIPUR), Brasil;  Participar das feiras bianuais de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (FEBRAVA), Brasil.  Participar do congresso bianual de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (COBRAVA), Brasil.  Preparar e realizar eventos de divulgação de informações.  Participar das feiras bianuais de Poliuretano (FEIPUR), Brasil.  Participar das feiras bianuais de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (FEBRAVA), Brasil. | Publicação do Livro “Ações brasileiras para a proteção da camada de ozônio” elaborado e publicado em português e em inglês;  Seminário Alternativas ao HCFC no setor de espumas – Opções Tecnológicas e Equipamentos preparado e realizado na cidade de Chapecó, SC, em julho de 2014;  Participação da 18ª e 19ª edições da Feira Internacional Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (FEBRAVA), Brasil;  Participação da XIII e XIV Conferência sobre Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (CONBRAVA), Brasil;  Participação na feira sobre poliuretano (FEIPUR), Brasil, em 2012.  Participação do “*R&R 2015 Workshop de Refrigeração Comercial e Industrial*”*,* em São Paulo - SP, que teve como objetivo atualizar e multiplicar conhecimento sistemas de refrigeração. O evento contou a participação de empresas do setor e foi organizado pelas seguintes entidades: ABRAVA, ASBRAV, ASHRAE, ANPRAC e IIAR.  Participação do “*Seminário sobre Eliminação do R-22 e a próxima Geração de Fluidos Refrigerantes***”,** organizado pela ABRAVA (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento) e AHRI (Air Conditioning, Heating and Refrigeration Institute). | Elaborar materiais de divulgação a serem publicados para divulgação das atividades do PBH e de projetos executados no âmbito do Protocolo de Montreal.  Participar de feiras, congressos, seminários e oficinas patrocinadas e organizadas pelas contrapartes. | Participação em 02 feiras e congressos relacionados aos setores produtivos e consumidores de HCFCs.  **Indicador:**  Número de participações em eventos de divulgação das atividades de proteção da camada de ozônio |
| Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio | Celebração do Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio. | 04 eventos realizados para celebração do Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio, com divulgação das ações desenvolvidas para a internalização do Protocolo de Montreal no Brasil e lançamento de materiais elaborados para disseminação das atividades desenvolvidas no âmbito do PBH, bem como reconhecimento dos esforços despendidos pelos setores e instituições envolvidas no controle e eliminação das SDOs no Brasil, no período entre 2012 e 2015. | Celebração do Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio. | 02 Eventos realizados em comemoração ao Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio.  **Indicador:**  Número de eventos em comemoração ao Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio realizados |
| **Objetivo 6: Cooperação regional e participação em reuniões do Protocolo de Montreal** | | | | |
| Participação em reuniões das redes regionais da América Latina e Caribe | Preparar subsídios técnicos e participar das reuniões da Rede de Ação para o Ozônio dos Países da América Latina e do Caribe de Língua Espanhola;  Preparar subsídios técnicos e participar das reuniões Conjuntas da Rede de Ação para o Ozônio da América do Sul, Central, Caribe e México. | Participação em 03 Reuniões da Rede de Ação para o Ozônio da América Latina e Caribe de língua espanhola, em 2012, 2013 e 2014;  Participação em 03 Reuniões de Ação Conjunta pelo Ozônio da América Latina e Caribe (2012, 2013 e 2014), nas quais foram apresentadas as ações desenvolvidas pelos países participantes para a implementação das ações de controle e eliminação das SDOs, permitindo troca de experiências e preparação para as demais reuniões do Protocolo de Montreal. | Preparar subsídios técnicos e participar das reuniões da Rede de Ação para o Ozônio dos Países da América Latina e do Caribe de Língua Espanhola para relato e troca de experiências. | 03 Reuniões da Rede de Ação para o Ozônio da América Latina e Caribe de língua espanhola, com a participação do Brasil, atendidas.  03 Reuniões da Rede de Ação Conjunta pelo Ozônio da América Latina e Caribe, com a participação do Brasil, atendidas.  **Indicador:**  Número de participações em reuniões das redes da América Latina e Caribe |
| Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal | Preparar subsídios técnicos para participação nas reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral;  Participar das reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral. | Participação em 8 Reuniões do ExCom, correspondendo às edições entre a 67ª e 74ª. | Preparar subsídios técnicos para participação nas reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral;  Participar das reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral. | 4 reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral atendidas pela delegação brasileira.  **Indicador:**  Número de participações em reuniões do Comitê Executivo do Fundo Multilateral |
| Grupo de Trabalho Aberto (OEWG)/ Reunião das Partes (MOP) | Preparar subsídios técnicos para participação das reuniões do Grupo de Trabalho Aberto das Partes e Reunião das Partes do Protocolo de Montreal para o ciclo 2012/2013/2014.  Participar das reuniões do Grupo de Trabalho Aberto das Partes e da Reunião das Partes do Protocolo de Montreal para o ciclo 2012/2013/2014. | Participação em 5 Reuniões do OEWG, correspondendo as edições entre a 32ª e 36ª.  Participação em 3 Reuniões das Partes do Protocolo de Montreal, correspondendo as edições entre a 24ª e 26ª. | Preparar subsídios e participar das reuniões do OEWG e Reunião e Conferência (MOP) das Partes do Protocolo de Montreal. | 02 Reuniões do OEWG atendidas pela delegação brasileira.  02 Reuniões das Partes do Protocolo de Montreal atendidas pela delegação brasileira.  **Indicador:**  Número de participações em reuniões do OEWG e MOP atendidas pela delegação brasileira |

1. **Orçamento**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Itens** | **Orçamento da presente fase (US$)** | **Gastos da presente fase (US$)** | | **Orçamento Estimado (próxima fase) (US$)** | **Recursos do Governo (contrapartida não financeira**) **(US$)** | |
|
|
|  |  | **Efetivos** | **Compromissados** |  | **Fase atual** | **Fase solicitado** |
| Funcionários (incluindo consultores) | 100.000,00 |  | 24.534,11 | 90.000,00 | 400.000,00 | 350.000,00 |
| Equipamento | 55.000,00 |  | 0,00 |  | 5.000,00 | 5.000,00 |
| Custos Operacionais (i.e. reuniões, consultorias, etc.) | 70.000,00 | 169.665,32 | 35.944,38 | 248.280,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
|
| Conscientização Pública | 116.000,00 | 18.070,50 | 13.561,64 | 100.000,00 |  |  |
| Outros | 10.000,00 | 1.023,63 | 0,00 | 11.000,00 |  |  |
| **TOTAL** | **351.000,00** | **188.759,45** | **74.040,13** | **449.280,00** | **425.000,00** | **375.000,00** |

**12. Avalie o desempenho do FI em cumprir com os seguintes indicadores**:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Indicador** | **Avaliação** | | | **Comentários** |
| **Muito bom** | **Satisfatório** | **Ruim** |
| 1. Efetividade das medidas de controle de importação | X |  |  |  |
| 2. Integração de questões de proteção ao ozônio em planos nacionais | X |  |  |  |
| 3. Conclusão de projetos de eliminação |  | X |  |  |
| 4. Relatório de dados eficiente | X |  |  |  |

**13. Endosso do governo:**

|  |  |
| --- | --- |
| Plano de ação autorizado por ***(nome)***: | Adriano Santhiago de Oliveira |
| Assinatura da autoridade: |  |
| Cargo: | Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas |
| Organização/Agência/Ministério Supervisor: | Ministério do Meio Ambiente |
| Data: |  |

**14. Envio do plano de ação**:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome da agência implementadora: | UNDP |
| Nome do Oficial de Projeto: | Kasper Koefoed |
| Assinatura do Oficial de Projeto: |  |
| Data: |  |
| Comentários da agência implementadora: |  |

**15. Resumo Executivo: forneça resumos para as informações solicitadas abaixo em não mais de um parágrafo cada. Esses parágrafos serão usados em documentos para a Reunião do Comitê Executivo**.

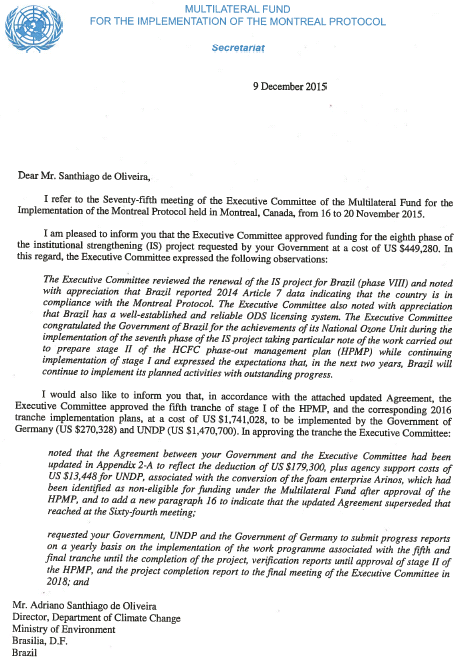
a) Relatório de Conclusão

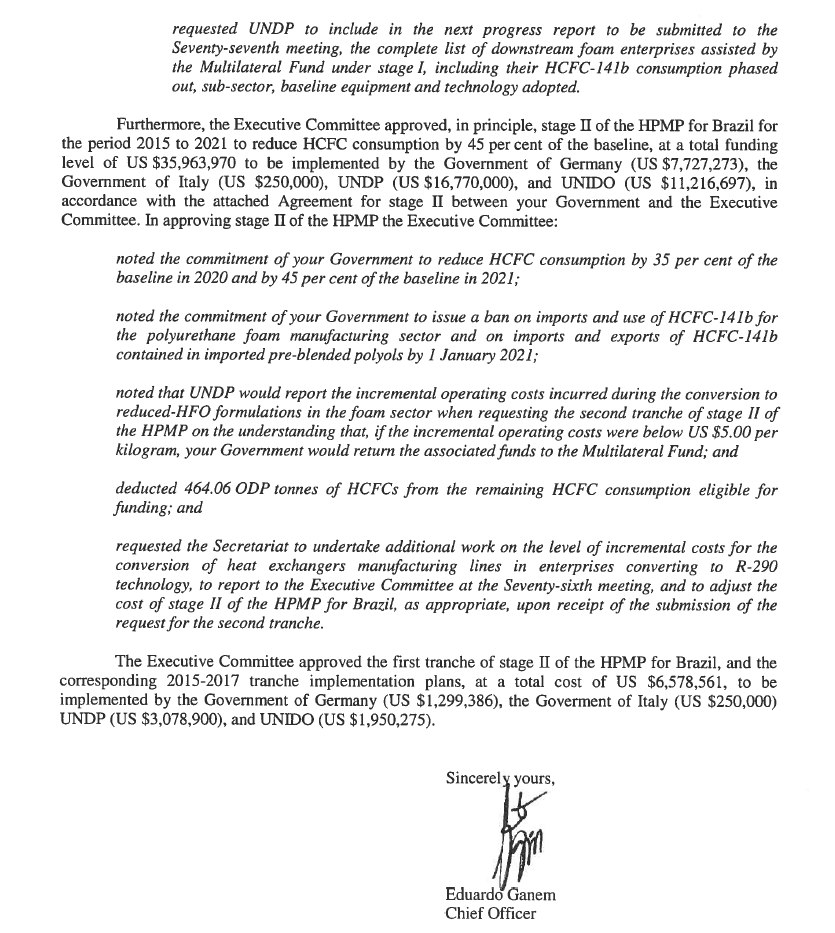
O Projeto de Fortalecimento Institucional reveste-se de importância ao proporcionar ferramentas e instrumentos necessários para a implementação das ações de internalização do Protocolo de Montreal no Brasil. Por meio deste projeto, o Ministério do Meio Ambiente tem desenvolvido atividades de coordenação das ações para cumprimento dos compromissos assumidos perante o Protocolo de Montreal, e executado atividades de disseminação de informação, missões para implementação dos projetos de investimento e de não investimento, contratação de consultores, elaboração, discussão e implementação de legislação para o monitoramento e controle de SDOs. Adicionalmente, este Projeto tem garantido a participação da delegação brasileira nas reuniões do Comitê Executivo do FML e reuniões do Protocolo de Montreal. O projeto possibilitou a participação ativa do governo na coordenação das atividades de elaboração da estratégia da Etapa II do PBH.

b) Plano de Ação

A oitava parcela dos recursos do Projeto de Fortalecimento Institucional será destinada para a continuidade das atividades de coordenação e acompanhamento da implementação dos projetos de investimento e não-investimento para redução e eliminação dos HCFCs, especialmente para a conclusão da Etapa I do PBH e implementação da Etapa II, que requerem consultas regulares ao setor privado e demais parceiros institucionais por meio do Prozon e do Grupo de Trabalho GT-HCFCs, além da realização de um trabalho contínuo de atualização da legislação e de normas que garantam o controle, monitoramento, a fiscalização e a utilização adequada de SDOs e de substâncias alternativas. Esta fase também auxiliará o Brasil na coordenação dos Projetos Demonstrativos de Destinação Final de Resíduos de SDOs e de Gerenciamento Integrado do Setor de *Chillers*. Adicionalmente, o Projeto de Fortalecimento Institucional continuará viabilizando a participação do Brasil nas reuniões do Protocolo de Montreal e do Fundo Multilateral, bem como será fundamental para dar continuidade ao processo de disseminação de informação das ações desenvolvidas pelo País para proteção da camada de ozônio, como resultado dos compromissos assumidos perante o Protocolo de Montreal. Por fim, espera-se que os recursos aprovados permitam a contratação de consultores para fortalecimento da equipe técnica da GPCO para desenvolvimento de trabalhos, estudos, incluindo consultoria para coleta de dados sobre as alternativas aos HCFCs no País.

### ANEXO IV – CARTA DE APROVAÇÃO DO FUNDO MULTILATERAL DA OITAVA FASE DO PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

****

****

9 de dezembro de 2015.

Caro Sr. Santhiago de Oliveira,

Refiro-me a septuagésima quinta reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal, realizada em Montreal, Canadá, de 16 a 20 de novembro de 2015.

Tenho o prazer de informar que o Comitê Executivo aprovou o financiamento para a oitava fase do projeto de fortalecimento institucional (IS) solicitado pelo seu governo a um custo de US $449.280. A respeito disso, o Comitê Executivo expressa as seguintes observações:

*O Comitê Executivo analisou a renovação do projeto de fortalecimento institucional para o Brasil (fase VIII) e registrou com apreciação que o Brasil reportou os dados do Artigo 7, 2014 indicando que o país está em conformidade com o Protocolo de Montreal. O Comitê Executivo também registrou com satisfação que o Brasil tem um sistema de licenciamento de SDO bem estabelecido e confiável. O Comitê Executivo felicitou o Governo do Brasil pelos resultados de sua NOU durante a implementação da sétima fase do projeto de fortalecimento institucional tomando nota particular do trabalho realizado para preparar a Etapa 2 do PBH, em concomitância com a implementação da Etapa I, e expressou as expectativas de que, nos próximos dois anos, o Brasil vai continuar a implementar suas atividades planejadas com progresso notável.*

Gostaria também de informar que, em conformidade com o acordo associado atualizado em anexo, o Comitê Executivo aprovou a quinta parcela da primeira etapa do PBH, e a correspondente parcela de planos de implementação de 2016, a um custo de US$1.741.028, a ser implementado pelo governo da Alemanha (US$270.328) e o PNUD (US$1.470.700). Ao aprovar a parcela o Comitê Executivo:

*Tomou nota que o acordo entre o seu governo e o Comitê Executivo foi atualizado no Anexo2-A refletindo a dedução de US$179.300, mais os custos de suporte da agência de US$13.448 para o PNUD, associado com a conversão da empresa de espumas Arinos, a qual foi identificada como não elegível para financiamento pelo Fundo Multilateral após aprovação do PBH, e adicionar um novo parágrafo 16 para indicar que o acordo atualizado substituiu aquele alcançado na sexagésima quarta reunião;*

*Solicitou a seu governo, ao PNUD e ao governo da Alemanha que submeta os relatórios de progresso anuais sobre a implementação do programa de trabalho associado ‘à quinta e última parcela até a conclusão do projeto, relatórios de verificação até aprovação da etapa II do PBH, e o relatório de conclusão do projeto na última reunião do Comitê Executivo em 2018; e*

*Solicitou ao PNUD incluir no próximo relatório de progresso a ser submetido na Setuagésima sétima reunião, a lista completa das empresas usuárias finais do setor de espumas assistidas pelo Fundo Multilateral no âmbito da Etapa 1, incluindo o consumo de HCFC-141b a ser eliminado, sub-setor, linha de base de equipamentos e tecnologia adotada.*

Adicionalmente, o Comitê Executivo aprovou, em princípio, a Etapa 2 do PBH do Brasil, para o período de 2015 a 2021, para redução de 45% do consumo de HCFC em relação a linha de base, no valor de US $35.963.970 a ser implementado pelo Governo da Alemanha (US $7.727.273, o Governo da Itália (US $250.000), PNUD (US $16.770.000) e UNIDO (US $11.216.697), de acordo com o Acordo Associado para a Etapa 2 entre seu Governo e o Comitê Executivo. Aprovando a Etapa 2 do PBH o Comitê Executivo:

*Tomou nota do compromisso de seu Governo em reduzir o consumo de HCFC em 35 por cento em relação a linha de base em 2020 e em 45 por cento em relação a linha de base em 2021;*

*Tomou nota do compromisso de seu Governo para questão de banir a importação e o uso de HCFC-141b para o setor de manufatura de espumas de poliuretano e a importação e exportação de HCFC-141b contida em poliol pré-mesclado até 1º de janeiro de 2021;*

*Tomou nota que o PNUD irá reportar o custo operacional incremental incorrido durante a conversão para formulações de HFO-reduzido no setor de espumas quando da solicitação da segunda parcela da Etapa 2 do PBH no entendimento que, se o curso operacional forem menor que US $ 5,00 por quilograma, seu Governo irá restituir os recursos associados para o Fundo Multilateral; e*

*Dedução de 464,06 toneladas PDO de HCFCs do consumo residual de HCFCs elegíveis para financiamento; e*

*Solicitou à Secretaria que realize trabalho adicional no nível de custo incremental para a conversão de linhas de manufatura de trocadores de calor em empresas convertendo à tecnologia de R-290, para reportar ao Comitê Executivo na Setuagésima sexta reunião, e ajustar os custos da Etapa 2 do PBH do Brasil, caso necessário, após recebimento da submissão da solicitação da segunda parcela.*

O Comitê Executivo aprovou a primeira parcela da Etapa 2 do PBH do Brasil, e o correspondente plano de implementação de 2015-2017, no valor total de US $6.578.561, para a implementação pelo Governo da Alemanha (US $1.299.386), pelo Governo da Itália (US $250.000), PNUD (US $16.770.000) e UNIDO (US $11.216.697).

Atenciosamente,

Eduardo Ganem

Oficial Chefe

### ANEXO V – ANÁLISE DE RISCO

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Título do Projeto:** | | | | | | **No. do Projeto no Atlas:** | | | **Data:** | | |
| **#** | | **Descrição** | **Data da Identificação** | **Tipo** | **Impacto e Probabilidade** | **Medida defensiva / Resposta gerencial** | | **Responsável** | **Submetido ou atualizado por** | | **Última Atualização** | **Status** |
| ***FASE 1 – ANÁLISE DE RISCO INICIAL DO PROJETO*** | | | | | | | | | | | | |
| 1 | | *Instrumentos normativos para a redução do consumo de HCFCs durante a Etapa 2 do PBH* | *Durante a elaboração da Etapa II do PBH* | Regulatório | Dificuldade de cumprimento das metas de redução de consumo de HCFCs estabelecidas pelo Protocolo de Montreal  P = 2, I = 5 | *- As propostas de alteração da legislação serão apresentadas o mais breve possível ás instituições responsáveis.*  *- Haverá um acompanhamento contínuo dos projetos de legislação propostos.* | | *MMA* | *n.a.* | | *n.a.* | *n.a.* |
| ***OBSERVAÇÃO: O registro de riscos deve ser atualizado no sistema Atlas ao longo da execução do projeto.*** | | | | | | | | | | | | |

### ANEXO VI – RELATÓRIO DE *QUALITY ASSURANCE* DE DESENHO E FORMULAÇÃO

**Classificação geral do projeto:** Satisfatório

**Decisão:** Aprovar:

**Número do Projeto:** 00095168

O objetivo do Projeto é de contribuir para a proteção da camada de ozônio por meio do suporte ao governo brasileiro na implementação dos compromissos assumidos pelo País junto ao Protocolo de Montreal.

**Data do Projeto:** 30 de junho de 2016

**ESTRATÉGICA Classificação de Qualidade: Bastante Satisfatória**

1. A Teoria da Mudança do Projeto especifica como irá contribuir para um maior nível de mudança? (Selecione a opção entre 1-3 que melhor represente o projeto)
   1. **(X)** O projeto possui uma teoria da mudança com menções explícitas sobre como o projeto irá contribuir para um maior nível de mudanças conforme detalhado na Teoria da Mudança do programa, suportado por evidências críveis sobre o que efetivamente funciona nesse contexto. O documento de projeto descreve claramente o porquê essa estratégia do projeto é a melhor abordagem neste momento.
   2. O projeto possui uma teoria da mudança relacionada à Teoria da Mudança do programa. Faz menções explícitas sobre como o projeto espera contribuir para um maior nível de mudança e o porquê a estratégia do projeto é a melhor abordagem neste período específico, porém é suportado por evidências limitadas.
   3. O projeto não possui uma teoria da mudança, porém o documento de projeto provavelmente descreve em termos genéricos como o projeto irá contribuir para o desenvolvimento de resultados, sem especificar hipóteses-chave. O projeto não faz uma conexão explícita com a teoria da mudança do programa. O documento de projeto não especifica claramente o porquê a estratégia do projeto é a melhor abordagem neste momento.

**Evidência** O Projeto estabelece claramente o roteiro previsto para se alcançar a teoria da mudança em direção a um nível maior de mudança. Mais especificamente, estabelece os mecanismos e ferramentas que serão aplicados para fornecer os recursos necessários ao fortalecimento das instituições responsáveis pela coordenação geral e implementação dos projetos que visam a proteção da camada de ozônio no País, bem como a garantir a eficaz e eficiente eliminação dos SDOs, e assegurar um diálogo eficaz entre o País, o Comitê Executivo (ExCom) do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal (FML), o Secretariado do Protocolo de Montreal e as agências de execução.

**RELEVANTE Classificação de Qualidade: Satisfatório**

1. O projeto possui estratégias para efetivamente identificar, envolver e garantir a participação significativa de grupos/áreas geográficas com um foco prioritário nos excluídos e marginalizados? (Selecione a opção que melhor reflete o projeto)
2. (**X**) Os grupos/áreas geográficas selecionados estão devidamente especificados, priorizando os excluídos e/ou marginalizados. O projeto possui uma estratégia explícita para identificar, envolver e garantir a participação significativa dos grupos/áreas geográficas específicas ao longo do projeto. Os beneficiários serão identificados por meio de um processo rigoroso baseado em evidências (se aplicável). O projeto planeja solicitar o feedback regular do grupo-alvo através do monitoramento do projeto. Representantes do grupo-alvo/áreas geográficas contribuirão para a tomada de decisão do projeto, tal qual consta no mecanismo de governança do projeto (ou seja, na junta do projeto). (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. O grupo-alvo/áreas geográficas estão devidamente especificados, priorizando os excluídos e/ou marginalizados, e estão envolvidos no desenho do projeto. O documento de projeto estabelece claramente como os beneficiários serão identificados, engajados e como a participação significativa será assegurada ao longo do projeto. Coleta de feedback do grupo-alvo selecionado foi incorporada no RRF/sistema de monitoramento do projeto, entretanto os representantes do grupo-alvo podem não estar diretamente envolvidos na tomada de decisão do projeto. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
4. O grupo-alvo/áreas geográficas selecionados não priorizam populações excluídas e/ou marginalizadas, ou podem não estar especificados. O projeto não possui uma estratégia escrita para identificar ou envolver ou garantir a participação significativa de grupo-alvo/áreas geográficas ao longo do projeto.

**Evidência** As ações propostas por este Projeto estão alinhadas com o UNDAF 2012- 2015: “Economia verde e trabalho decente no contexto da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável” e o Documento de País 2012-2015 “Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Produtiva”.

Com relação ao vindouro UNDAF 2017-2021 e ao Documento do País 2017-2021, o Projeto relaciona-se ao Resultado 3 e 2, respectivamente “fortalecimento das capacidades institucionais para promoção de políticas públicas, a coerência e implementação de gestão de recursos naturais e de ecossistemas sustentáveis" e "ações contra as mudanças climáticas e seus efeitos adversos".

No que concerne aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Projeto dialoga transversalmente com 3 dos 17 ODS: Objetivo 12; Objetivo 13; e Objetivo 17

1. O desenho do projeto considerou o conhecimento, boas práticas, e lições passadas aprendidas do PNUD, entre outros? (Selecione a opção que melhor reflete o projeto)
2. (**X**) Conhecimento e lições aprendidas suportados por evidências confiáveis a partir da avaliação, análise e monitoramento têm sido explicitamente utilizados, com referências apropriadas, para desenvolver a teoria da mudança do projeto e justificar a abordagem adotada pelo projeto em relação a alternativas.
3. O desenho do projeto menciona o conhecimento e lições aprendidas suportados por evidências/fontes, considerados na teoria da mudança do projeto, mas não foram utilizados ou não são suficientes para justificar a abordagem selecionada com relação a alternativas.
4. Existe pouca ou nenhuma menção sobre conhecimento e lições aprendidas no desenho do projeto. As referências não são suportadas por evidências.

**Evidência** Todos os projetos objeto da coordenação deste Projeto, conforme estabelecido no PRODOC, são o resultado de uma ampla consulta com as partes interessadas e beneficiários / grupos-alvo.

1. O projeto utiliza análise de gênero em seu desenho e responde a essa análise com medidas concretas para abordar as desigualdades de gênero e capacitar as mulheres? (Selecionar a opção que melhor reflete o projeto)
2. **(X)** Uma análise participativa de gênero no projeto foi realizada. Esta análise reflete nas diferentes necessidades, papéis e acessos ao controle sobre os recursos de mulheres e homens, e está totalmente integrada no documento de projeto. O projeto estabelece prioridades concretas para abordar desigualdade de gênero em sua estratégia. O quadro de resultados inclui saídas e atividades que especificamente respondem a essa análise de gênero, com indicadores que medem e monitoram resultados que contribuem para igualdade de gênero. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. Uma análise de gênero no projeto foi realizada. Esta análise reflete nas diferentes necessidades, papéis e acessos ao controle sobre os recursos de mulheres e homens. Preocupações com gênero estão integradas ao desafio de desenvolvimento e seções de estratégia no documento de projeto. O quadro de resultados inclui saídas e atividades que especificamente respondem a essa análise de gênero, com indicadores que medem e monitoram resultados que contribuem para igualdade de gênero. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
4. O desenho do projeto pode ou não mencionar informações e/ou dados sobre o impacto diferencial do projeto sobre a situação de desenvolvimento em termos de relações de gênero, mulheres e homens, mas os obstáculos não foram claramente identificados e intervenções não foram consideradas.

**Evidência** Sim, o Projeto foi construído baseado nas lições aprendidas e as boas-práticas adquiridas pelo Governo Brasileiro, PNUD, e outras agências tanto da ONU, como não da ONU, ao longo dos anos de implementação dos projetos do Protocolo de Montreal no país e no mundo. Essa característica é explicitamente documentada no PRODOC.

1. O PNUD possui vantagem clara em seu envolvimento esperado pelo projeto vis-à-vis parceiros nacionais, outros parceiros de desenvolvimento, e outros atores? (Selecione a opção que melhor reflete o projeto)
2. (**X**) Uma análise sobre o papel de outros parceiros na área em que o projeto espera trabalhar foi realizada e evidências confiáveis corroboram o engajamento proposto do PNUD e parceiros por meio do projeto. Está claro como resultados alcançados pelos parceiros relevantes irão contribuir para uma mudança no nível de resultado complementando os resultados pretendidos do projeto. Se relevante, opções para cooperação sul-sul e triangular foram consideradas, oportunamente. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. Algumas análises sobre o papel de outros parceiros onde o projeto esperara trabalhar foram realizadas e evidências relativamente limitadas corroboram o engajamento proposto e a divisão do trabalho entre o PNUD e parceiros por meio do projeto. Opções para cooperação sul-sul e triangular podem não terem sido completamente desenvolvidas durante o desenho do projeto, embora oportunidades relevantes tenham sido identificadas.
4. Nenhuma análise clara sobre o papel de outros parceiros na área em que o projeto espera trabalhar foi realizada e evidências relativamente limitadas corroboram o engajamento proposto do PNUD e parceiros por meio do projeto. Existe risco que o projeto se sobreponha e/ou não coordene com parceiros suas intervenções nesta área. Opções para cooperação sul-sul e ou triangular não foram consideradas, apesar do seu potencial relevante.

**Evidências** O Projeto tem como objetivo a coordenação nacional das ações voltadas à eliminação das Substancias Destruidoras do Ozônio no Brasil, em conformidade com as metas acordadas pelo País no âmbito do Protocolo de Montreal.

Ambos homens e mulheres são beneficiados por esse Projeto.

**PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS**

**Classificação de Qualidade: Bastante Satisfatório**

1. O projeto busca promover a promoção dos direitos humanos por meio de abordagem pautada nos direitos humanos? (Selecione a opção que melhor reflete o projeto)
2. **(X)** Evidências confiáveis de que o projeto fomenta a promoção dos direitos humanos, aderindo especificamente às leis internacionais e nacionais relevantes e padrões na área do projeto. Potenciais impactos adversos ao gozo dos direitos humanos foram rigorosamente avaliados e identificados com medidas de mitigação e administrativas apropriadas incorporadas ao desenho e orçamento do projeto.
3. Algumas evidências de que o projeto vise à promoção dos direitos humanos. Potenciais impactos adversos ao gozo dos direitos humanos foram rigorosamente avaliados e identificados com medidas de mitigação e administrativas apropriadas incorporadas ao desenho e orçamento do projeto.
4. Nenhuma evidência de que o projeto vise à promoção dos direitos humanos. Nenhuma ou limitada evidência do potencial impacto adverso ao gozo dos direitos humanos foi considerado.

**Evidência** O PNUD irá fornecer o suporte NIM necessário, assegurando sua qualidade, a fim de auxiliar o Governo do Brasil a implementar as metas acordadas junto ao Protocolo de Montreal.

1. O projeto considerou potenciais oportunidades ambientais e impactos adversos, aplicando uma abordagem de precaução? (Selecione a opção que melhor reflete o projeto)
2. Evidências confiáveis de oportunidades para o aprimoramento da sustentabilidade ambiental e integração do elo pobreza-ambiente foram totalmente consideradas e integradas à estratégia e desenho do projeto. Evidências confiáveis que potenciais impactos ambientais adversos foram identificados e rigorosamente avaliados com medidas administrativas e mitigação apropriadas incorporadas no orçamento e desenho do projeto. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. **(X)** Nenhuma evidência de oportunidades para o fortalecimento da sustentabilidade ambiental e integração do elo pobreza-ambiente foi considerada. Evidências confiáveis de que potenciais impactos ambientais adversos foram avaliados, quando relevantes, e medidas administrativas e de mitigação apropriadas foram incorporadas ao orçamento e desenho do projeto.
4. Nenhuma evidência de oportunidades para o fortalecimento da sustentabilidade ambiental e integração do elo pobreza-ambiente foi considerada. Nenhuma ou limitadas evidências sobre potenciais impactos ambientais adversos foram adequadamente considerados.

**Evidência** Ao promover os processos e tecnologias livres de SDOs, o Projeto irá viabilizar a realização dos direitos humanos por meio da mitigação, de médio a longo prazo, dos potenciais impactos negativos, resultantes de questões ambientais relacionadas às SDOs, na saúde humana.

1. O projeto levou em consideração potenciais oportunidades e impactos ambientais adversos aplicados à abordagem preventiva? (Selecionar a opção que melhor reflete esse projeto)

3: Evidências credíveis de que as oportunidades voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade ambiental e da integração de sinergias entre o meio-ambiente e pobreza foram integralmente considerados como relevantes, e integradas na estratégia e no planejamento do projeto. Há evidências credíveis de que os potenciais impactos ambientais adversos foram identificados e rigorosamente avaliados com medidas de gestão e de mitigação apropriadas e incorporadas na concepção do projeto e do orçamento. (Todos devem ser verdade para selecionar essa opção).

2: **(X)** Nenhuma evidência credível de que as oportunidades voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade ambiental e da integração de sinergias entre o meio-ambiente e pobreza foi considerada. Há evidencias credíveis de que potenciais impactos ambientais adversos foram identificados e analisados, quando relevante, e de que medidas de gerenciamento e mitigação foram incorporadas na elaboração do projeto e de seu orçamento.

1: Não há evidência credível de que as oportunidades voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade ambiental e da integração de sinergias entre o meio-ambiente e pobreza foi considerada. Pouca ou nenhuma evidência de que potenciais impactos adversos ambientais foram adequadamente considerados.

**Evidência** O Projeto, por meio da Unidade Nacional de Ozônio (NOU), irá garantir que as ações voltadas à redução e eliminação de SDOs no País sejam implementadas de forma exitosa, em consonância com as metas acordadas junto ao Protocolo de Montreal. A NOU irá coordenar as ações no âmbito dos projetos de eliminação e gerenciamento dos SDOs, apoiados pelo Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal.

1. O Procedimento de Triagem Social e Ambiental (SESP) foi conduzido a fim de identificar os potenciais impactos e riscos ambientais? O SESP não é necessário para projetos em que o PNUD é o único Agente Administrativo e/ou projetos compostos exclusivamente de relatórios, coordenação de eventos, treinamentos, workshops, reuniões, conferências e/ou materiais de comunicação e disseminação de informações. [Se sim, carregar a check-list concluída. Se o SESP não é necessário, favor, informar o motivo de sua isenção na seção de evidências
   1. **(X) Sim**
   2. Não
   3. SESP não necessário.

**GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO**

**Classificação de Qualidade: Bastante Satisfatório**

1. O projeto possui uma matriz de resultados robusta? (Selecione a opção entre 1-3 que melhor reflita o projeto)
2. A gama de resultados e atividades do projeto estão em um nível apropriado e relacionados de uma forma clara com a teoria da mudança do projeto. Resultados estão acompanhados pelo SMART, indicadores de resultados que medem todas as mudanças-chave previstas identificadas na teoria da mudança, cada uma com sua fonte de dados, e preenchidos com parâmetros e metas, incluindo indicadores desagregados de gênero quando apropriado. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. **(X)** A gama de resultados e atividades do projeto estão em um nível apropriado, mas podem não cobrir todos os aspectos da teoria da mudança do projeto. Resultados estão acompanhados pelo SMART, indicadores de resultados, entretanto parâmetros, alvo e fonte de dados podem não estar totalmente especificados. Alguns utilizam indicadores desagregados de gênero, quando apropriado. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
4. A matriz de resultados não se encontra com todas as condições especificadas na opção 2 acima. Isso inclui: A gama de resultados e atividades do projeto não estão em um nível apropriado e não relacionam de forma clara com a teoria da mudança do projeto; resultados não estão acompanhados pelo SMART, ou indicadores de resultado que meçam as mudanças esperadas e não foram preenchidas considerando parâmetros e metas; fontes de dados não estão especificadas e/ou não possuem indicadores desagregados de gênero.

**Evidência** A gama de resultados e atividades do Projeto está relacionada aos aspectos da teoria da mudança e baseada em indicadores de resultados mensuráveis. Entretanto, não está desagregada em indicadores relacionados à racionalização das questões de gênero, por exemplo.

1. Existe um plano compreensivo e exaustivo de monitoramento e avaliação contendo fontes de coleta de dados específicos e métodos para apoiar evidências administrativas, acompanhamento e avaliação do projeto?
   * **(X) Sim**
   * Não

**Evidência**  Como membro permanente do Conselho do Projeto, o PNUD irá prover supervisão e controle das atividades propostas no âmbito do Projeto, garantindo que os objetivos sejam cumpridos de forma satisfatória e com qualidade.

1. O mecanismo de governança do projeto está claramente definido no documento de projeto, incluindo a composição planejada da junta do projeto? (Selecione a opção entre 1-3 que melhor represente o projeto)
2. **(X)** O mecanismo de governança do projeto está totalmente definido na composição do projeto. Indivíduos foram especificados para cada posição no mecanismo de governança (especialmente todos os membros da junta do projeto). Os membros da junta do projeto concordaram com seus papeis e responsabilidades conforme especificado nos termos de referência. O ToR da junta do projeto foi anexado ao documento de projeto. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. O mecanismo de governança do projeto está definido no documento de projeto; instituições específicas estão indicadas como detentoras de responsabilidade no sistema de governança, entretanto indivíduos podem não estar ainda especificados. O Prodoc lista as responsabilidades mais importantes da junta do projeto, do diretor/administrador do projeto e os papéis de garantia de qualidade. (Todas as afirmações devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
4. O mecanismo de governança do projeto é vagamente definido no documento de projeto, que menciona somente responsabilidades-chave que deverão ser preenchidas em data futura. Nenhuma informação sobre as responsabilidades de posições-chave no mecanismo de governança foi informada.

**Evidência**  Favor consultar o documento em anexo

1. Os riscos do projeto foram identificados com planos claros para o gerenciamento e mitigação de cada um desses riscos? (Selecione a opção entre 1-3 que melhor represente o projeto)
2. **(X)** Os riscos do projeto estão completamente descritos no *log* de riscos do projeto, baseados em uma análise compreensiva, fazendo referências às hipóteses-chave presentes na teoria da mudança do projeto. Plano claro e completo no lugar para gerenciar e mitigar cada risco. (Ambas devem ser verdadeiras para selecionar esta opção)
3. Riscos do projeto identificados no *log* de risco do projeto inicial contendo medidas de mitigação identificadas para cada risco.
4. Alguns riscos podem ser identificados no *log* de risco do projeto inicial, mas nenhuma medida clara de mitigação de risco foi identificada. Essa opção também pode ser selecionada se os riscos não foram claramente identificados e nenhum *log* de risco inicial foi incluído no documento de projeto.

**Evidência** Favor consultar o Anexo 5 do PRODOC.

**EFICIENTE Classificação de Qualidade: Exemplar**

1. Medidas específicas para garantir o custo-efetividade dos recursos foram explicitamente mencionadas no desenho do projeto? Isso pode incluir: i) uso da análise da teoria da mudança para explorar diferentes opções para o alcance do máximo de resultados com os recursos disponíveis; ii) uso de uma abordagem de gerenciamento do portfólio para incrementar o custo-efetividade por meio de sinergias com outras intervenções; iii) por meio de operações conjuntas (por exemplo, acompanhamento ou contratação) com outros parceiros.
   * **(X) Sim**
   * Não

**Evidência** A Unidade Nacional de Ozônio irá coordenar uma miríade de projetos financiados no âmbito do Protocolo de Montreal no Brasil por meio de operações conjuntas com outros parceiros como o PNUD, UNIDO e GIZ.

1. Há plano explícito para garantir que o projeto faça ponte com outros projetos e iniciativas relevantes em andamento, quer liderados pelo PNUD, quer por parceiros nacionais ou por outros, a fim de alcançar resultados mais eficientes (incluindo, por exemplo, o compartilhamento de recursos ou coordenando o desembolso)?
   * **(X) Sim**
   * Não

**Evidência** Sim. O projeto proposto é parte integral de robusto programa nacional voltado a eliminação do consumo de Substancias Destruidoras do Ozônio (SDOs) no Brasil, e assim, conecta-se e promove sinergias com iniciativas afins.

1. O orçamento está justificado e suportado por estimativas válidas?

3: O orçamento do projeto está ao nível de atividade e com fontes de financiamento, e cobre toda a duração do projeto por meio de orçamento plurianual. Os custos estão suportados com estimativas válidas utilizando benchmarks de projetos ou atividades similares. Implicações de custo oriundas de inflação e exposição cambial foram estimadas e incorporadas no orçamento.

2: **(X)** O orçamento do projeto está ao nível de atividade e com fontes de financiamento, sempre que possível, e cobre a duração do projeto com orçamento plurianual. Os custos estão suportados com estimativas válidas com base em taxas vigentes.

1: O orçamento do projeto não está especificado ao nível de atividade, e/ou não captura um planejamento orçamentário plurianual.

**Evidência** Provisão de estimativas orçamentárias para algumas atividades são bastante complexas. Entretanto, linhas gerais orçamentárias são apresentadas na Seção 3 do PRODOC.

1. O escritório nacional está recuperando os custos envolvidos com a implementação do projeto?
2. **(X)** O orçamento cobre integralmente todos os custos diretos do projeto que são diretamente atribuíveis ao projeto, incluindo o gerenciamento do programa e serviços de desenvolvimento eficazes relacionados ao planejamento estratégico do país, garantia de qualidade, desenvolvimento de *pipeline*, serviços de *advocacy* política, finanças, licitações, recursos humanos, administração, emissão de contratos, segurança, viagens, patrimônio, serviços gerais, informação e comunicações baseados em custeio integral, de acordo com políticas aplicáveis do PNUD (isto é, UPL, LPL ).

2: O orçamento cobre custos diretos significativos do projeto que são diretamente atribuíveis ao projeto com base nas políticas aplicáveis do PNUD (isto é, UPL, LPL).

1: O orçamento não reembolsa o PNUD no que se refere aos custos diretos do projeto. O PNUD está cosubsidiando o projeto e o escritório deveria fomentar a inclusão do DPC em quaisquer revisões do orçamento do projeto.

**Evidência** Sim. A política de GMS do PNUD para projetos financiados pelo FML será aplicada. O ISS será igualmente aplicada a serviços e atividades previstas no âmbito do Projeto.

**EFICIENTE Classificação de Qualidade: Necessita Aprimoramento**

1. A modalidade de implementação escolhida é a mais apropriada? (Selecione a opção entre 1-3 que melhor represente o projeto)
2. As avaliações de parceiros de implementação necessárias (avaliação de capacitação, avaliação HACT micro) foram conduzidas e existe evidência que as modalidades para implementação foram completamente consideradas. Há uma forte justificativa pela escolha da modalidade selecionada, baseada no contexto do desenvolvimento. (Ambas devem ser verdadeiras para selecionar essa opção)
3. As avaliações de parceiros de implementação necessárias (avaliação de capacitação, avaliação HACT micro) foram conduzidas e a modalidade de implementação escolhida é consistente com os resultados das avaliações.
4. **(X)** As avaliações necessárias não foram conduzidas, entretanto pode haver evidências de que opções em termos de modalidades de implementação tenham sido consideradas.

**Evidência n.a.**

1. Os grupos-alvo, priorizando populações marginalizadas e excluídas que irão ser afetadas pelo projeto, foram envolvidos no desenho do projeto, abordando as causas subjacentes da exclusão e discriminação?
2. **(X)** Evidências credíveis de que todos os grupos-alvo, populações marginalizadas e excluídas que irão ser envolvidas ou afetadas pelo projeto, foram engajados no desenho do projeto. Seus pontos de vista, direitos e eventuais restrições foram analisadas e incorporadas na análise da raiz do problema da teoria da mudança, a qual procura abordar qualquer causa de exclusão e discriminação subjacente e a gama de intervenções do projeto.
3. Algumas evidências de que grupos-alvo chave, priorizando populações marginalizadas e excluídas que irão ser envolvidas no projeto, foram engajados no desenho do projeto. Algumas evidências que seus pontos de vistas, direitos e eventuais restrições foram analisadas e incorporadas na análise da raiz do problema da teoria da mudança e a gama de intervenções do projeto.
4. Nenhuma evidência de engajamento com populações marginalizadas e excluídas que irão ser envolvidas no projeto durante o desenho do projeto. Nenhuma evidência de que seus pontos de vistas, direitos, e restrições de populações foram incorporadas no projeto.

**Evidência** . Sim. Os projetos financiados pelo FML que serão coordenados pela Unidade Nacional de Ozônio foram elaborados a partir de ampla consulta com as partes interessadas seja em nível governamental, nacional e subnacional, seja em nível das instituições do setor privado e associações setoriais. Todos esses atores foram consultados antes e durante a elaboração dos respectivos planos de ação.

1. O projeto possui planos explícitos para avaliação ou outras lições aprendidas voltados para correções de percurso, caso necessário, durante a implementação do projeto?
   * **(X) Sim**
   * Não

**Evidência** Sim. O projeto foi construído a partir de lições aprendidas durante a implementação de projetos passados e também antevê mecanismos que permitem avaliações que visam a melhorias e eventuais correções no curso da implementação do projeto, por exemplo, relatórios de progresso, junta do projeto, etc.

1. Os indicadores de gênero para todos resultados do projeto estão classificados na GEN2 ou GEN3, indicando que o gênero foi totalmente integrado em pelo menos todos resultados do projeto.
   * Sim
   * **(X) Não**

**Evidência n.a.**

1. Há um plano de trabalho e orçamentário plurianual realista que garanta que os resultados serão entregues dentro do prazo e recursos alocados? (Selecione a opção entre 1-3 que melhor represente o projeto)
2. O projeto possui um plano de trabalho e orçamentário realista que cobre o período de vigência do projeto para cada atividade de modo a garantir que resultados sejam entregues dentro do prazo e recursos alocados.
3. **(X)** O projeto possui um plano de trabalho e orçamentário que cobre o período de vigência do projeto em nível de resultados.
4. O projeto ainda não possui um plano de trabalho e orçamentário que cobre o período de vigência do projeto.

**Evidência** Favor consultar a Seção 3 do PRODOC.

**Sustentabilidade e Apropriação Nacional**

**Classificação de Qualidade: Exemplar**

1. Os parceiros nacionais conduziram, ou se envolveram pró-ativamente, no desenho do projeto?
2. **(X)** Parceiros nacionais possuem total apropriação do projeto e conduziram o processo de desenvolvimento do projeto em parceria com o PNUD.
3. O projeto foi desenvolvido pelo PNUD em parceria estreita com os parceiros nacionais.
4. O projeto foi desenvolvido pelo PNUD com nenhum ou limitado engajamento dos parceiros nacionais.

**Evidência** . O Ministério do Meio Ambiente do Brasil possui plena propriedade e autonomia sobre o projeto proposto.

1. Os sistemas e instituições chave foram identificadas e há uma estratégia para fortalecer capacidades específicas/ compreensivas baseada na avaliação de capacidades conduzidas? (Selecione a opção que melhor represente o projeto)
2. **(X)** O projeto possui uma estratégia compreensiva para fortalecer capacidades específicas de instituições nacionais baseada na avaliação de capacidade sistemática e detalhada. Essa estratégia inclui uma abordagem para acompanhar regularmente as capacidades nacionais usando indicadores claros e métodos rigorosos de coleta de dados, bem como para ajustar essa estratégia no intuito de fortalecer as capacidades nacionais.
   1. A avaliação de capacidade foi realizada. O documento de projeto identificou atividades que serão realizadas para fortalecer a capacidade de instituições nacionais, entretanto essas atividades não integram uma estratégia compreensiva de monitoramento e fortalecimento de capacidades nacionais.
3. A avaliação de capacidade está prevista para após o início do projeto. Há planos para o desenvolvimento de uma estratégia de fortalecimento de capacidades específicas das instituições baseada nos resultados da avaliação de capacidade.
   1. O documento de projeto faz menção a capacidades das instituições nacionais a serem fortalecidas por meio do projeto, entretanto nenhuma avaliação ou estratégia específica de desenvolvimento foi planejada.
   2. Avaliação de capacidades não foram realizadas e não estão previstas. Não há estratégia de fortalecimento de capacidades específicas de instituições nacionais.

**Evidência** O Projeto visa a fortalecer as capacidades nacionais na implementação e eliminação de SDOs e os mecanismos de gerenciamento no Brasil, como parte dos compromissos assumidos pelo País no âmbito do Protocolo de Montreal

1. Há uma estratégia clara no projeto especificando como os sistemas nacionais (ou seja, licitação, monitoramento, avaliações, etc.) serão utilizados na medida do possível?
   * **(X)** Sim
   * Não
   * Não Aplicável

**Evidência** Sim. O Projeto apresenta informações abrangentes e detalhadas sobre como os sistemas nacionais serão utilizados, em particular, os relacionados ao monitoramento e avaliação.

1. Há um acordo de transição/ plano de eliminação desenvolvido com as principais partes interessadas a fim de manter ou aumentar os resultados (incluindo a estratégia de mobilização de recursos)
   * **(X) Sim**
   * Não

**Evidência** Os projetos que serão coordenados pela Unidade Nacional de Ozônio foram elaborados em parceria com inúmeros parceiros, em especial o Governo e suas agências, e apresenta informações substantivas de como cada ator irá suportar e/ou ampliar os resultados.

### ANEXO VII – ANÁLISE SÓCIO AMBIENTAL

Informação do projeto

|  |  |
| --- | --- |
| Informação do Projeto |  |
| 1. Título do Projeto | Fortalecimento Institucional para Implementação do Protocolo de Montreal no Brasil – Fase VIII |
| 1. Número do Projeto | 00095168 |
| 1. Local (Global/Região/País) | Brasil |

**Parte A. Integração de Princípios Gerais para o Fortalecimento da Sustentabilidade Socioambiental**

|  |
| --- |
| **Questão 1: Como o Projeto integra os princípios gerais a fim de fortalecer a sustentabilidade socioambiental?** |
| **Descreva resumidamente abaixo como o Projeto incorpora a abordagem baseada em direitos humanos** |
| A Unidade Nacional de Ozônio (NOU), por meio da coordenação de ações voltadas à proteção da camada de ozônio, irá viabilizar a redução e mitigação de potenciais impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente, com vistas ao objetivo maior de promover um ambiente socioambiental mais sustentável. |
| **Descreva resumidamente abaixo como o Projeto poderá melhorar a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres** |
| O projeto irá beneficiar igualmente mulheres e homens. |
| **Descreva resumidamente abaixo como o Projeto incorpora a sustentabilidade ambiental** |
| Esse projeto irá promover o uso de tecnologias ambientalmente corretas, redução do consumo e uso de SDOs, bem como a atualização do sistema de controle de quotas de importações de SDOs e o gerenciamento e disposição final de seu passivo a fim de contribuir para a proteção da camada de ozônio. |

**Parte B. Identificação e Gerenciamento de Riscos Socioambientais**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Questão 2: Quais são os potenciais Riscos Socioambientais?**  Nota: Descreva brevemente os potenciais riscos socioambientais identificados no Anexo 1 – Checklist de Triagem de Riscos (com base em qualquer resposta “Sim”). Se nenhum risco tiver sido identificado no Anexo 1 então escreva “Nenhum risco identificado” e passe para a Pergunta 4 e selecione “Risco baixo”. As questões 5 e 6 não são requeridas para Projetos de riscos baixos. | **Questão 3: Qual o nível de importância dos potenciais riscos socioambientais?**  Nota: Responda as questões 4 e 5 abaixo, antes de proceder para a questão 6. | | | | **Questão 6: Quais medidas de avaliação e gerenciamento socioambientais foram conduzidas e/ou são requeridas para endereçar potenciais riscos (para riscos com significância moderada e alta)?** |
| **Descrição do Risco** | **Impacto e Probabilidade (1-5)** | **Significância (Baixo, Moderado, Alto)** | **Comentários** | | **Descrição das medidas de avaliação e gerenciamento conforme refletido no Projeto. Se ESIA ou SESA forem exigidas, notar que a avaliação deverá considerar todos os potenciais riscos e impactos.** |
| Risco 1: Nenhum risco identificado | I =  P = |  |  | |  |
| Risco 2: .... | I =  P= |  |  | |  |
| Risco 3: .... | I =  P= |  |  | |  |
| Risco 4: .... | I =  P= |  |  | |  |
| [Acrescentar linhas adicionais, conforme necessário] |  |  |  | |  |
|  | **Questão 4: Qual é a categorização geral do risco do projeto?** | | | | |
| Selecione um (veja SESP para orientação) | | | | Comentários |
| Risco baixo | | |  | O Projeto não inclui atividades de risco de impactos socioambientais adversos. Ao contrário, o Projeto visa a melhoria das condições socioambientais. |
| Risco Moderado | | |  |  |
| Risco Alto | | |  |  |
|  | **Questão 5: Baseado nos riscos identificados e na categorização de riscos, quais requisitos do SES são relevantes?** | | | | |
| Selecione todas que aplicam | | | | Comentários |
|  | **Princípio 1: Direitos Humanos** | | |  |  |
| **Princípio 2: Igualdade de Gênero e Autonomia das Mulheres** | | |  |  |
| **1. Conservação da Biodiversidade e Gestão de Recursos Naturais** | | |  |  |
| **2. Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas** | | |  |  |
| **3. Saúde Pública, Segurança e Condições de Trabalho** | | |  |  |
| **4. Patrimônio Cultural** | | |  |  |
| **5. Deslocamento e Reassentamento** | | |  |  |
| **6. Populações indígenas** | | |  |  |
| **7. Prevenção de Poluição e Eficiência de Recursos** | | |  |  |

**Aprovação Final**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Assinatura** | **Data** | **Descrição** |
| Avaliador de QA |  | Funcionário do PNUD responsável pelo Projeto, tipicamente um Oficial de Programa do PNUD. A assinatura final confirma que eles analisaram o documento para garantir que o SESP seja conduzido adequadamente. |
| Avaliador de QA |  | Gerência sênior do PNUD, tipicamente o Vice-Diretor de País (DCD) do PNUD, Diretor de País (CD), Vice-Representante Residente (DRR), ou Representante Residente (RR). O aprovador de QA não pode ser também o avaliador de QA. A assinatura final confirma que eles autorizaram o SESP antes da submissão ao PAC. |
| Presidência PAC |  | Presidência do PAC do PNUD. Em alguns casos a presidência do PAC pode também ser o aprovador de QA. A assinatura final confirma que o SESP foi considerado na avaliação do projeto e nas recomendações do PAC. |

**Anexo SESP 1. Lista de Triagem de Risco Socioambiental**

|  |  |
| --- | --- |
| **Lista de Potenciais Riscos Socioambientais** |  |
| **Princípio 1: Direitos Humanos** | **Resposta (sim/não)** |
| 1. O projeto poderia redundar em impactos adversos em relação ao gozo dos direitos humanos (civil, político, econômico, social ou cultural) para as populações afetadas e em especial a grupos marginalizados? | **Não** |
| 1. Existe alguma probabilidade de que o Projeto possua impactos adversos desiguais ou discriminatórios nas populações afetadas, particularmente a baixa renda, ou marginalizados, ou indivíduos ou grupos excluídos?[[2]](#footnote-2) | **Não** |
| 1. O Projeto poderia potencialmente restringir a disponibilidade, a qualidade e acesso a recursos de serviços básicos, em particular de indivíduos ou grupos marginalizados? | **Não** |
| 1. Existe alguma probabilidade de que o Projeto possa ter excluído partes interessadas potencialmente afetadas, em particular grupos marginalizados, de participar integralmente nas decisões que podem afetá-los? | **Não** |
| 1. Existe algum risco de que os detentores de obrigações não tenham capacidades de cumprir com suas obrigações no projeto? | **Não** |
| 1. Existe algum risco que os detentores de direitos não tenham capacidade de reivindicar seus direitos? | **Não** |
| 1. As comunidades locais ou indivíduos, dada a oportunidade, questionaram questões de direitos humanos em relação ao Projeto durante o processo de engajamento das partes interessadas? | **Não** |
| 1. Existe algum risco de que o Projeto possa exacerbar conflitos e/ou o risco de violência entre as comunidades afetadas pelo projeto e os indivíduos? | **Não** |
| **Princípio 2: Igualdade de Gênero e Autonomia das Mulheres** |  |
| 1. Existe alguma probabilidade de que o Projeto proposto teria um impacto adverso na igualdade de gênero e/ou na situação das mulheres e meninas? | **Não** |
| 1. O Projeto, potencialmente, reproduziria alguma discriminação contra as mulheres tendo por base o gênero, especialmente no que tange à sua participação no desenho e implementação ou acesso a oportunidades e benefícios? | **Não** |
| 1. Os grupos de mulheres ou liderança feminina levantaram questões de igualdade de gênero em relação ao Projeto durante o processo de engajamento das partes interessadas e foram incluídos na proposta geral do Projeto e na avaliação de risco? | **Não** |
| 1. O Projeto limitaria potencialmente a habilidade das mulheres de usar, desenvolver e proteger recursos naturais, levando em conta as diferentes posições e papéis de mulheres e homens em acessar bens e serviços ambientais?   *Por exemplo, atividades que possam levar a degradação ou esgotamento dos recursos naturais em comunidades que dependem destes recursos como meios de subsistência e bem-estar.* | **Não** |
| **Princípio 3: Sustentabilidade Ambiental:** Perguntas de triagem a respeito dos riscos ambientais são abrangidas pelas questões específicas relacionadas aos padrões abaixo. |  |
|  |  |
| **Padrão 1: Conservação da Biodiversidade e Gestão de Recursos Naturais Sustentáveis** |  |
| * 1. – O Projeto causaria impactos potenciais adversos nos habitats (por exemplo, habitats modificados, naturais e críticos) e/ou ecossistemas e serviços ambientais?   *Por Exemplo, através da perda do habitat, conversão ou degradação, fragmentação, mudanças hidrológicas* | **Não** |
| * 1. – As atividades propostas do Projeto se colocam dentro ou adjacentes a habitats críticos e/ou áreas ambientais sensíveis, incluindo áreas legalmente protegidas (por exemplo, reservas naturais, parques nacionais), áreas propostas para proteção ou reconhecidas pelas fontes de autoridade e/ou população indígenas ou comunidades locais? | **Não** |
| * 1. – O projeto envolve mudanças no uso da terra e de recursos que podem ter impactos adversos em habitats, ecossistemas e/ou nos meios de subsistência? (Nota: Se restrições e/ou limitações ao acesso às terras se aplicam, favor referir-se ao Padrão 5) | **Não** |
| * 1. – As atividades do Projeto apresentam riscos a espécies ameaçadas de extinção? | **Não** |
| * 1. – O Projeto apresenta risco de introdução de espécies exóticas invasoras? | **Não** |
| * 1. - O Projeto envolve a extração de florestas naturais, desenvolvimento de plantações e reflorestamento? | **Não** |
| * 1. – O Projeto envolve a produção e/ou extração de peixes ou outra espécie aquática? | **Não** |
| * 1. – O Projeto envolve extração significativa, desvio ou contenção da superfície ou da água no solo? | **Não** |
| * 1. – O Projeto envolve a utilização de recursos genéticos? (Por exemplo, coleta e/ou colheita, desenvolvimento comercial) | **Não** |
| 1.10 – O Projeto produziria questões ambientais globais ou transfronteiriça adversas? | **Não** |
| * 1. - O Projeto resultaria no desenvolvimento de atividades secundárias ou resultantes que poderiam levar a efeitos socioambientais adversos, ou produziria impactos cumulativos com outras atividades já conhecidas ou planejadas na área?   *Por exemplo, uma nova estrada através de terras florestais irá produzir impactos socioambientais (ex. corte de árvores, terraplanagens, potencial realocação de habitantes). A nova estrada também pode facilitar a invasão de terras por colonizadores ilegais, ou produzir desenvolvimento comercial não planejado pela rota, potencialmente em áreas sensíveis. Esses são impactos indiretos, secundários, ou induzidos que precisam ser considerados. Além disso, se desenvolvimentos similares na mesma área florestal forem planejados, impactos cumulativos de múltiplas atividades (mesmo que não façam parte do mesmo projeto) precisam ser consideradas.* | **Não** |
| **Padrão 2: Mitigação Adaptação à Mudança do Clima** |  |
| 2.1 – O Projeto proposto irá resultar em emissões significativas[[3]](#footnote-3) de gases de efeito estufa ou exacerbar a mudança do clima? | **Não** |
| 2.2 – Os potenciais resultados do Projeto seriam sensíveis ou vulneráveis a potenciais impactos da mudança do clima? | **Não** |
| 2.3 – É provável que o Projeto proposto aumente diretamente ou indiretamente a vulnerabilidade socioambiental em relação à mudança do clima hoje ou no futuro (também conhecida como práticas de mal adaptação)?  *Por exemplo, mudanças no planejamento do uso da terra poder fomentar o desenvolvimento de planícies aluviais, potencialmente aumentando a vulnerabilidade de populações à mudança do clima, em especial a enchentes.* | **Não** |
| **Padrão 3: Saúde Comunitária, Segurança e Condições de Trabalho** |  |
| 3.1 – Os elementos de construção, operação ou desmantelamento do Projeto representariam potenciais riscos de segurança para comunidades locais? | **Não** |
| 3.2 - O Projeto representaria potencial risco para a saúde comunitária e segurança devido ao transporte, armazenamento e uso e/ou eliminação de materiais perigosos e nocivos (por exemplo, explosivos, combustíveis e outros químicos durante a construção e operação)? | **Não** |
| 3.3 – O Projeto envolve a construção de larga escala de infraestrutura (ex. barragens, rodovias, edifícios)? | **Não** |
| 3.4 – A falha de elementos estruturais do Projeto representaria risco às comunidades (ex. colapso de edifícios e infraestrutura)? | **Não** |
| 3.5 – O Projeto proposto seria suscetível a ou levaria ao aumento da vulnerabilidade de terremotos, afundamento do solo, desabamentos, erosão, inundação ou condições climáticas extremas? | **Não** |
| 3.6 – O Projeto resultaria em potenciais riscos acrescidos de saúde (ex. transmitidas pela água ou doenças transmitidas por outras fontes ou infecções transmissíveis como HIV/AIDS)? | **Não** |
| 3.7 – O Projeto representaria potencial risco e vulnerabilidade relacionado a saúde ocupacional e segurança devido aos perigos físicos, químicos, biológicos e radiológicos, durante a construção, operação ou desmantelamento? | **Não** |
| 3.8 – O Projeto envolve suporte para emprego ou meios de subsistência que possam não cumprir com as normas nacionais e internacionais de trabalho (ou seja, princípios e normas das convenções fundamentais da OIT)? | **Não** |
| 3.9 – O Projeto envolve pessoal de segurança que possa representar um risco a saúde e segurança a comunidades e /ou indivíduos (ex. devido à falta de treinamentos adequados e responsabilidade)? | **Não** |
| **Padrão 4: Patrimônio Cultural** |  |
| 4.1 – O Projeto irá resultar em intervenções que irão potencialmente impactar negativamente locais, estruturas, ou objetos com valores históricos, culturais, tradicionais ou religiosos ou formas de cultura intangíveis (ex. conhecimento, inovações, práticas)? (Nota: Projetos destinados a proteger e conservar o patrimônio cultural também podem ter impactos negativos inadvertidos.) | **Não** |
| 4.2 – O Projeto propõe utilizar formas tangíveis e/ou intangíveis de patrimônio cultural para propósitos comerciais ou outros? | **Não** |
| **Padrão 5: Deslocamento e Reassentamento** |  |
| 5.1 – O Projeto potencialmente envolveria deslocamento físico temporário ou permanente, total ou parcial? | **Não** |
| 5.2 – O Projeto possivelmente resultaria no deslocamento econômico (ex. perda de ativos ou acesso a recursos devido a aquisição de terras ou restrições de acesso – mesmo na ausência de relocação física)? | **Não** |
| 5.3 – Existe risco de que o Projeto levaria a despejos forçados?[[4]](#footnote-4) | **Não** |
| 5.4 – O Projeto proposto afetaria possivelmente arranjos de posse de terra e/ou direitos de propriedade de base comunitária/ direitos consuetudinários a terra, territórios e/ou recursos? | **Não** |
| **Padrão 6: Povos Indígenas** |  |
| 6.1 – Os povos indígenas estão presentes na área do Projeto (incluindo área do projeto de influência)? | **Não** |
| 6.2 – É provável que o Projeto ou partes do Projeto estarão localizados em terras e territórios reivindicados por povos indígenas? | **Não** |
| 6.3 – O Projeto proposto afetaria potencialmente os direitos humanos, terras, recursos naturais, territórios e meios de subsistência tradicionais dos povos indígenas (independentemente se os povos indígenas possuem títulos legais para tais áreas, se o Projeto está localizado dentro ou fora das terras e territórios habitados pelos povos afetados, ou se os povos indígenas são reconhecidos como povos indígenas pelo país em questão)?  *Se a resposta para questão de triagem 6.3 for “sim” os impactos potenciais de risco são considerados potencialmente severos e/ou críticos e o Projeto seria categorizado como Moderado ou Alto risco.* | **Não** |
| 6.4 – Houve ausência de consultas culturais apropriadas realizadas com o objetivo de alcançar o FPIC em assuntos que possam afetar os interesses e direitos, terras, recursos, territórios e os meios de subsistência tradicionais dos povos indígenas envolvidos? | **Não** |
| 6.5 – O Projeto proposto envolve a utilização e/ou o desenvolvimento comercial de recursos naturais nas terras e territórios reivindicados pelos povos indígenas? | **Não** |
| 6.6 – Existe potencial para despejo forçado ou deslocamento físico ou econômico, total ou parcial, de povos indígenas incluindo através de restrições de acesso a terras, territórios e recursos? | **Não** |
| 6.7 – O Projeto afetaria negativamente as prioridades de desenvolvimento de povos indígenas conforme definido por eles? | **Não** |
| 6.8 – O Projeto afetaria potencialmente a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas? | **Não** |
| 6.9 – O Projeto afetaria potencialmente o Patrimônio Cultural dos povos indígenas, incluindo através de práticas de comercialização e uso de seus conhecimentos tradicionais? | **Não** |
| **Padrão 7: Prevenção de Poluição e Eficiência de Recursos** |  |
| 7.1 – O Projeto resultaria potencialmente na emissão de poluentes para o meio ambiente devido a circunstâncias rotineiras ou não-rotineiras com o potencial de impacto negativo local, regional ou transfronteiriço? | **Não** |
| 7.2 – O Projeto proposto resultaria potencialmente na geração de resíduos (seja nocivos que não nocivos)? | **Não** |
| 7.3 – O Projeto proposto envolve potencialmente a manufatura, troca, emissão, e/ou uso de químicos e/ou materiais perigosos? O Projeto propõe o uso de químicos e materiais sujeitos a proibições internacionais ou eliminações progressivas?  *Por exemplo, DDT, PCBs e outros químicos listados nas convenções internacionais como a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes ou o Protocolo de Montreal.* | **Não** |
| 7.4 – O Projeto proposto irá envolver a aplicação de pesticidas que possam gerar efeito negativo ao meio ambiente ou saúde humana? | **Não** |
| 7.5 – O Projeto inclui atividades que requerem o consumo significante de matérias-primas, energia e/ou água? | **Não** |

1. http://www.environment.gov.au/system/files/pages/f9484636-05a6-4e11-b520-589871c3cbf2/files/ratification-table1\_1.pdf [↑](#footnote-ref-1)
2. Razões de discriminação proibidas incluem raça, sexo, idade, língua, deficiência, orientação sexual, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social ou geográfica, propriedade, nascimento ou outro status incluindo pessoas indígenas ou membros de minorias. Referência a “mulheres e homens” ou similares pode ser entendida como a inclusão de mulheres e homens, meninos e meninas, e outros grupos discriminados com base nas identidades de gênero, como transgênero e transexuais. [↑](#footnote-ref-2)
3. A respeito do CO2, “emissões significativas” correspondem geralmente a mais de 25.000 toneladas por ano (de ambas fontes diretas e indiretas). [A Nota de orientação sobre a Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima fornece informações adicionais sobre as emissões de gases de efeito-estufa] [↑](#footnote-ref-3)
4. Despejos forçados incluem atos e/ou omissões envolvendo deslocamento coercitivo ou involuntário de indivíduos, grupos ou comunidades de casas e/ou terras e recursos de propriedade comum que foram ocupados ou dependiam sobre, assim eliminando a habilidade de um indivíduo, grupo, ou comunidade de residir, ou trabalhar em uma habitação, residência, ou locar particular sem a condição e acesso de formas apropriadas de proteções legais ou outras. [↑](#footnote-ref-4)